

1º PRÊMIO PARANÁ DE ECONOMIA
1991

O SEGMENTO ALGODOEIRO NO PARANÁ
1980 – 1987

1º Lugar

Autor: Claudemir Gonçalves Liberal

Orientador: *

IES: Faculdades Bom Jesus (FAE)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	vi
LISTA DE SIGLAS.....	vii
INTRODUÇÃO.....	1
1 IMPORTÂNCIA.....	3
2 OBJETIVOS.....	6
2.1 GERAL.....	6
2.2 ESPECÍFICOS.....	6
3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	7
3.1 INTERDEPENDÊNCIA E INTER-RELACIONAMENTO ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA.....	7
3.2 CONCEITOS.....	11
3.3 O CONCEITO UTILIZADO.....	14
4 METODOLOGIA.....	16
5 SURGIMENTO DA ATIVIDADE TÊXTIL.....	19
6 PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO BRASIL E PARANÁ.....	24
6.1 ALGODÃO EM CAROÇO.....	24
6.2 ALGODÃO EM PLUMA.....	33
7 INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALGODÃO EM PLUMA.....	40
8 O GÊNERO TÊXTIL NA ECONOMIA PARANAENSE.....	46
CONCLUSÃO.....	51
RECOMENDAÇÕES.....	55
ANEXO 1 - ATIVIDADES INDUSTRIAIS SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DO IBGE.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73

LISTA DE TABELAS

- 1 - Área colhida, produção e rendimento do algodão em caroço, no Brasil e Paraná - 1980-88..... 26
- 2 - Produção de algodão herbáceo, segundo microrregiões homogêneas, no Paraná-1980-87..... 32
- 3 - Área, produção e rendimento médio do algodão em pluma classificado, no Brasil e Paraná - 1980-88..... 34
- 4 - Número de usinas, conjuntos, descaroçadores e serras com as respectivas taxas de crescimento, no Paraná - safras 79/80 e 87/88..... 35
- 5 - Médias de tipos e percentual de predominância de fibras 30/32 mm, no Paraná - 1980-88..... 38
- 6 - Produção e consumo industrial do algodão em pluma e matéria-prima industrializada, no Paraná - 1980-88.. 40
- 7 - Empresas processadoras de algodão em pluma e capacidade instalada, no Paraná - 1984-1987-1989..... 43
- 8 - Valor adicionado da indústria de transformação e do gênero têxtil, no Paraná - 1980-87..... 48
- 9 - Número de emprego no gênero têxtil, participação do emprego do gênero têxtil no total da indústria, número de estabelecimentos do gênero têxtil e participação do gênero no total de estabelecimentos, no Paraná - 1981-87..... 49

LISTA DE SIGLAS

- ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil
- BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A.
- BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico
- CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial
- CFP - Companhia de Financiamento da Produção
- CIEX - Comissão de Incentivo à Exportação
- CLASPAR - Empresa Paranaense de Classificação de Produtos
- COAGEL - Cooperativa Agropecuária Goioerê Ltda
- COCAMAR - Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas de
Maringá Ltda
- DERAL - Departamento de Economia Rural da Secretaria de Estado
da Agricultura e do Abastecimento
- FIBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e
Estatística
- FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos
- IAPAR - Fundação Instituto Agrônômico do Paraná
- ICM - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
- UEM - Universidade Estadual de Maringá
- IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e
Social
- SEAB - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
- SEIC - Secretaria de Estado da Indústria e Comércio

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

SINDITÊXTIL - Sindicato da Indústria de Fiação de Tecelagem em
Geral do Estado de São Paulo

INTRODUÇÃO

Como decorrência da modernização da agricultura paranaense na década de 70, observou-se um elevado grau de crescimento industrial no Estado, fazendo com que o setor agroindustrial assumisse significativa importância no parque industrial local, promovendo, assim, a formação de verdadeiros complexos agroindustriais em torno da soja, milho, entre outras culturas. No entanto, não se verificou essa integração entre agricultura e industrial no caso do algodão, embora o rendimento médio estadual desta cultura seja comparável aos melhores do mundo e sua produção represente cerca de 35% da produção nacional, conferindo ao Paraná a primeira posição entre os estados produtores.

Nesse sentido, a escolha do tema deste trabalho se justifica pela busca de um melhor entendimento do segmento têxtil paranaense, dada a sua pouca representatividade na indústria transformadora local, apesar de estar inserido em um estado que apresenta um setor agroindustrial dinâmico, diversificado e altamente mercantil.

Para atingir aos objetivos propostos, buscou-se uma revisão bibliográfica que tratasse de complexos agroindustriais, visando obter um melhor entendimento de questões teóricas que envolvem o inter-relacionamento entre agricultura e indústria.

O passo seguinte foi buscar dados e informações que possibilitassem uma análise do segmento algodoeiro paranaense

no período 1980-87, que é desenvolvida em três itens.

Primeiramente, analisou-se o desempenho da produção paranaense de algodão em caroço e em pluma, com ênfase ao rendimento médio estadual, comparando-a com a brasileira. Com relação ao beneficiamento, procurou-se demonstrar a importância desse processo na qualidade do produto final.

Em seguida, verificou-se o consumo do algodão em pluma, demonstrando o grau de industrialização da matéria-prima produzida no Estado.

Finalmente, procurou-se avaliar a participação do gênero têxtil estadual no valor adicionado da indústria de transformação, no total de emprego e no número de estabelecimentos do Paraná.

1 IMPORTÂNCIA

A modernização da agricultura do Paraná só foi possível graças ao fato de esta apresentar-se, desde o início da colonização do Estado, dinâmica e diversificada e principalmente por ser mercantil, respondendo rapidamente às condições de financiamento e preços. É esta modernização que possibilita o estreitamento das relações entre os setores agrícola e industrial.

Durante a década de 70, observou-se um elevado grau de crescimento e concentração industrial no Estado, levando a agricultura a estreitar progressivamente as relações com a indústria. Isso ocorreu porque aumentava cada vez mais a demanda por produtos industrializados e porque o setor primário vinha consumindo crescentemente insumos e implementos agrícolas industrializados. Dessa forma, o setor industrial aumentou sua participação relativa na renda interna do Estado de 16,62% em 1970, para 28,07% em 1980 e, ao nível nacional, passou de 2,96% para 6,13%, nesse período.¹

Com isso, a performance da economia paranaense sofreu grandes alterações na década de 70. Pela primeira vez, a participação da indústria na renda interna do Estado ultrapassou a da agricultura, o que leva o Paraná a deixar de ser um estado essencialmente agrícola. Nesse período, as

¹IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981. p.43.

transformações ocorridas diversificaram a base industrial do Estado - historicamente voltada ao setor agrícola e à agroindústria tradicional -, acrescentando outros gêneros, como química e material elétrico e de comunicação.

A despeito dessas transformações, o setor agroindustrial ainda apresenta significativa expressão no parque industrial paranaense, principalmente com o aperfeiçoamento tecnológico do processo produtivo em várias áreas de atuação. Exemplo disso é o beneficiamento e a fiação do algodão. O gênero têxtil, no qual atuam as agroindústrias beneficiadoras de pluma de algodão, mesmo reduzindo sua participação no valor adicionado da indústria de transformação - passou de 8,46% em 1970 para 3,51% em 1979 -, ainda detém uma certa representatividade na economia paranaense, atingindo 5,6% em 1987. Tal decréscimo se dá pela perda de importância do gênero têxtil, em função do crescimento da participação de outros gêneros, e não por uma estagnação do setor em si.

Tendo em vista a representatividade desse gênero na economia estadual, faz-se necessária a realização de um estudo que possibilite entender a complexidade e as especificidades do setor têxtil, principalmente quando se considera que, embora a produção paranaense de algodão em pluma seja significativa (em 1984 já atingiu 210.000 t), somente 11% dessa produção é processada no Estado, devido à capacidade nominal da indústria de processamento ser de apenas 23.000 t/ano.²

A realização deste estudo se justifica também pela pequena quantidade de estudos referentes a este assunto, pois

²SEMINÁRIO DE AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ, 1., 1984. Curitiba. Anais. Curitiba : FIEP:FAEP, 1985. p.23.

praticamente, ao nível de instituições governamentais do Paraná foram elaborados dois trabalhos, com os seguintes títulos; Proposta de Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Têxtil Paranaense, da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e do Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A., e Algodão, desta mesma Secretaria.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Este estudo tem por objetivo geral a análise do segmento algodoeiro paranaense no período de 1980-87, excluindo o processamento do caroço de algodão.

2.2 ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste estudo são:

- analisar o desempenho da produção paranaense de algodão;
- verificar o desempenho do segmento algodoeiro paranaense;
- avaliar a inserção do gênero têxtil na economia do Estado, no tocante ao valor adicionado.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 INTERDEPENDÊNCIA E INTER-RELACIONAMENTO ENTRE AGRICULTURA E INDÚSTRIA

A interdependência e o inter-relacionamento entre agricultura e indústria no tocante ao desenvolvimento é de consenso geral. Qualquer medida que se aplique a um desses setores certamente se refletirá de forma direta ou indireta nos demais.

Em países cuja economia está assentada no setor agrícola, o desenvolvimento da indústria traz conseqüentemente a modernização de sua agricultura. Esta modernização se dá principalmente com a introdução de insumos e implementos agrícolas. Em função disso ocorre um aumento no volume de produção e um incremento nos índices de produtividade. No entanto, o aumento de produção agrícola não resulta somente da utilização daqueles itens, mas, principalmente, pela maior demanda da indústria por produtos do setor primário, devido à ampliação do mercado interno e até mesmo externo.

Nesse sentido, o inter-relacionamento entre agricultura e indústria ocorre principalmente de duas formas: primeiro, através da indústria que abastece o setor primário com fertilizantes, equipamentos e outros itens para a produção; segundo, através da indústria que absorve a produção primária como matéria-prima, no caso, a produção agrícola, pecuária, florestal e de pescado.

A indústria que se abastece da produção agrícola como matéria-prima ocupa um papel de grande importância no processo de industrialização de um país em vias de desenvolvimento.

(....) Estima-se que essas indústrias contribuem com cerca da metade do valor adicionado e aproximadamente 2/3 do emprego da indústria manufatureira de países em desenvolvimento e, nos países desenvolvidos, embora sua contribuição seja menor, é ainda substancial.³

Nos países em via de desenvolvimento, os níveis de produtividade e rentabilidade do setor agrícola ficam muito abaixo da média em comparação com os países desenvolvidos. Neste sentido, as indústrias que abastecem a agricultura com equipamentos e insumos básicos para a produção também exercem forte influência no desempenho econômico desses países, devido às suas contínuas evoluções tecnológicas. Isso conseqüentemente leva à obtenção de melhores níveis de produtividade e rentabilidade no setor primário.

Cabe esclarecer, no entanto, que o inter-relacionamento entre indústria e agricultura não se resume à questão do abastecimento intra-setorial, existindo uma maior complexidade quando se trata da demanda por bens de consumo pela população rural e da demanda por alimentos pela população urbana. É neste aspecto que se observa a interdependência entre os dois setores.

A questão da interdependência e inter-relacionamento entre setor primário e secundário fica mais nítida quando se toma o processo de industrialização do Brasil como exemplo. No

³FUNDAÇÃO IPARDES. Grupo de estudos para as atividades agroindustriais do Paraná : primeira fase: levantamento e estudos iniciais. Curitiba : 1973. p.4.

Brasil, por ser primário exportador, o setor agrícola foi um dos principais setores que criou e forneceu as divisas para bancar as importações de bens de capital demandados pela industrialização - através das exportações de produtos agrícolas -, ao mesmo tempo que repassava para as indústrias fatores como mão-de-obra e capital. A mão-de-obra através da modernização da agricultura e o capital, através de um processo de transferência de recursos entre setores. Portanto, o processo de industrialização do Brasil, assim como de toda a América Latina, está fortemente condicionado às inter-relações entre agricultura e indústria.

Uma parte importante das matérias-primas utilizadas pela indústria manufatureira provém da agricultura. De acordo com estudos da CEPAL, cerca de 50% do valor bruto da produção manufatureira total de 17 países latino-americanos, em 1960, se originava em indústrias que utilizavam principalmente matérias-primas agropecuárias (indústrias de alimentos, bebidas e fumo, têxtil, calçados e vestuários, couro e seus produtos, borracha e seus produtos). Se fossem incluídos ainda as indústrias de madeira e mobiliário, papel e seus produtos, e indústrias gráficas, que utilizam matérias-primas florestal, a percentagem se elevaria a 58%.⁴

Assim, pode-se observar o quanto é importante o abastecimento adequado e econômico de matérias-primas para a indústria.

Um outro aspecto se refere à resposta que o setor agrícola tem de dar a qualquer avanço que ocorre nas indústrias que processam produtos agrícolas, uma vez que elas dependem da modernização da agricultura e conseqüentemente de uma agilização do processo de comercialização. Dessa forma, o setor pri-

mário precisa ter ao seu dispor um abastecimento adequado e a preços acessíveis de bens de capital e insumos para efetuar a modernização que lhe foi pressionada. Muitas vezes a utilização destes bens - máquinas agrícolas, pesticidas, ferramentas e implementos - esbarra no elevado custo de produção, encarecendo o preço final do produto agrícola, o que por sua vez eleva o preço final da indústria.

A própria demanda existente no mercado é outro obstáculo para a utilização desses insumos. Neste sentido, tanto a população urbana como a rural apresentam relações bastante estreitas. De um lado, a população urbana busca o abastecimento adequado de alimentos e, de outro, a população rural, diante de um aumento efetivo da renda, torna-se um incremento substancial na demanda por produtos manufaturados.

(....) é essencial que o setor industrial se ajuste às novas condições de demanda, notadamente no que se refere aos requisitos de tipo preço.

E ainda, os bens de consumo demandados pela população rural tem importância crucial para o desenvolvimento agrícola, uma vez que se constituem em um estímulo a mais para que esta expanda sua produção para o mercado.⁵

Em suma, o aprimoramento produtivo do setor primário deve ser analisado juntamente com as políticas e metas estabelecidas pelo setor secundário, e não de forma isolada.

No tocante aos critérios para o desenvolvimento do setor agrícola, estes devem estar em consonância com os do setor industrial. A visualização global dos reflexos que as políticas ou estratégias utilizadas para aumento ou redução de pro-

dução (preço mínimo, crédito rural, AGF-Aquisição Governo Federal, EGF-Empréstimo Governo Federal, isenção fiscal, etc.) deve ser uma constante do planejamento em qualquer instância. Se isso não ocorrer, certamente haverá prejuízos para ambos os setores. De um lado, a agricultura passa a demanda menor quantidade de insumos de origem industrial, freando assim todo um processo de modernização agrícola. De outro, a não-ampliação do setor industrial, de acordo com sua capacidade potencial, leva a uma estagnação e conseqüentemente a uma redução da produção industrial, causando assim vários efeitos negativos ao crescimento econômico.

3.2 CONCEITOS

Tendo em vista o enorme debate entre os estudiosos do assunto, buscou-se apresentar aqui desde os mais amplos até os mais restritos conceitos de agroindústria.

Conforme as considerações anteriores, os conceitos encontrados tomam como base o relacionamento entre os setores agrícola e industrial. Observam-se basicamente dois grandes blocos. O primeiro considera como agroindústria somente as indústrias que beneficiam, extraem e transformam a produção do setor primário. O outro bloco considera (portanto um conceito mais amplo) não só as indústrias que beneficiam, extraem e transformam os produtos primários, mas também as indústrias que abastecem o setor primário de insumos, como implementos agrícolas, pesticidas, adubos, etc.

Um exemplo do primeiro bloco pode ser a Secretaria de Agricultura de São Paulo, que considera como agroindústria:

Todo e qualquer processamento a que sejam submetidos os produtos primários com o objetivo de facilitar a sua comercialização e que envolvam instalações de equipamentos especiais. Tais operações vão desde o beneficiamento primário (descascamento de arroz e frigorificação de carnes por exemplo), até os complexos processos de transformação de diversos tipos de matérias-primas.⁶

Do segundo bloco toma-se como exemplo o trabalho Grupo de Estudos para as Atividades Agroindustriais do Paraná, elaborado pelo IPARDES, que define agroindústria

(....) partindo de uma conceituação mais ampla, em que se considera como agro-indústria não apenas as indústrias que se utilizam de matérias-primas agrícolas mas, também, aquelas que produzem insumos para a agricultura com base no conceito apresentado pela FAO.

Entretanto, o processo de transformação de matéria-prima agrícola pode assumir características bastante diferenciadas de um produto para outro, abrangendo desde o simples beneficiamento de cereais até a produção de artefatos de tecido, onde já se verifica maior desvinculação com a matéria-prima básica.⁷

Entre os trabalhos pesquisados, observou-se, além da preocupação em definir o conceito de agroindústria, uma certa preocupação em definir e explicar o termo modernização da agricultura, que, segundo Angela Kageyama e José Graziano da Silva, processa-se da seguinte maneira:

o longo processo de transformação de base técnica - chamado de modernização - culmina, pois, na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa na verdade a subordinação da natureza ao capital que, gradativamente liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais reais, passando a fabricá-las sempre que se fizerem necessárias. Assim, se faltar chuva, irriga-se; se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responde-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inun-

⁶SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Agroindústria paulista: Diretrizes de desenvolvimento. São Paulo : 1971. p.6.

⁷FUNDAÇÃO IPARDES. Grupo de estudos..., p.11.

dações, estarão previstas formas de drenagem.

A produção agropecuária deixa, assim, de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza para se converter numa certeza sob o comando do capital.

O que interessa realçar aqui é que a agricultura se industrialize nesse processo, isto é, torna-se um setor subordinado ao capital, integrado à grande produção industrial. Dito de outra maneira, a agricultura se transforma num ramo de aplicação do capital em geral e, de modo particular, do capital industrial, que lhe vende insumos e compra as mercadorias já produzidas.⁸

Buscando uma bibliografia mais específica sobre a modernização da agricultura do Estado do Paraná, deparou-se com o trabalho do IPARDES Paraná: **Economia e Sociedade**, que coloca como sendo um dos fatores de primeiríssima ordem para ocorrer o processo de modernização do setor primário o caráter histórico da região. Ou seja, o Paraná, desde o início da colonização do norte, possui uma agricultura dinâmica e diversificada, apresentando, portanto, favoráveis condições às transformações inerentes ao processo de modernização.

Num sentido estrito entende-se por modernização a crescente utilização da produção agropecuária, de máquinas, equipamentos, bem como de insumos industriais. Esta prática provoca verdadeira mudança na base técnica da economia agrícola estadual e implica em novas formas de estruturação da produção, ou seja, afeta a estrutura fundiária, a pauta dos principais produtos, etc. e pode ser explicada por dois fatores básicos. Em primeiro lugar, a diversificação e ampliação da indústria nacional possibilitaram o surgimento de modernos setores produtores de máquinas e insumos para a agricultura. Assim, a implantação de fábrica de tratores e equipamentos, da petroquímica, a produção padronizada de rações e sementes, a expansão de frigoríficos, etc., vão impulsionar, apoiadas no crédito rural, a modernização do setor agrícola.

Entretanto, o surgimento destes setores é condição necessária, mas não suficiente para explicar este processo, já que é o caráter dinâmico que possuía a agricultura paranaense que explica como esta teve condição de passar a ser grande consumidora de máquinas e insumos industriais em seu processo de produção.⁹

⁸KAGEYAMA, Angela, SILVA, José Graziano de. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas: UNICAMP, s.d. p.4.

⁹IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Paraná: economia..., p.25.

Com base no que foi exposto até aqui, principalmente no tocante ao inter-relacionamento entre os setores, acredita-se que já se pode passar para o conceito a ser adotado neste trabalho.

3.3 O CONCEITO UTILIZADO

No tocante ao inter-relacionamento entre a agricultura e a indústria, fica evidente a dificuldade de determinação de prioridades de um setor em relação ao outro. Deve-se, portanto, buscar uma maneira de desenvolvimento mútuo dos setores, através de uma política de equilíbrio entre o mercado por eles estabelecido.

Tal dificuldade fica mais intensa quando o objeto de análise localiza-se no Estado do Paraná, onde a agricultura apresenta uma produção intensa e diversificada, voltada para o atendimento não só do mercado interno, como também da demanda internacional.

Diante disso e tendo em vista o fato de o FIBGE ser o órgão responsável por todas as estatísticas - portanto oferece dados históricos que poderão ser analisados no mesmo padrão da coleta -, optou-se pelo conceito utilizado por esta Fundação, conceito também adotado por algumas instituições e órgãos de pesquisa (Ministério do Planejamento, IPARDES, Secretaria da Agricultura do Paraná, etc.).

Os critérios adotados são basicamente:

1. Exclusão dos produtos agroindustriais não produzidos no Paraná ou cuja produção no Estado é pouca significativa. Nesse caso poder-se-ia citar como exemplo a industrialização do pescado, cuja representatividade em termos da economia estadual não é suficiente para incluí-la na análise.

2. Exclusão de produtos agro-industriais em que os insumos básicos não são apenas agrícolas. Nesse grupo inclui-se a fabricação "de malas, valises e outros artigos para viagem" (grupo 19.31) bem como a fabricação "de adesivos, gomas adesivas, colas e substâncias afins" (atividade 20.91.50), entre outras."

3. Exclusão de produtos agro-industriais, cujos insumos básicos são predominantemente agrícolas mas que apresentam níveis de transformação bastante complexos (caracterizando atividades diferenciadas) e cujos bens de destinam na sua quase totalidade ao atendimento do consumo final.

Com relação a esse último critério, cabe observar que sua utilização foi condicionada em grande parte por duas variáveis: em primeiro lugar, muitas empresas se encarregam de todas as etapas do processo de transformação da matéria-prima, desde sua primeira elaboração até a fase final da produção para o consumo imediato. Desta forma não se pode desagregar as etapas intermediárias entre a utilização em bruto de matéria-prima e o produto final, dadas as próprias características do processo produtivo. A segunda restrição à adequada utilização desse critério é praticamente consequência da primeira e refere-se à forma como classificadas as atividades industriais; ou seja, a própria classificação do IBGE não discrimina as etapas intermediárias de produção. Como exemplo desse caso têm-se a fiação de algodão, lã, seda, etc.

4. Finalmente, o quarto critério adotado foi o de se eliminar as indústrias produtoras de bens de capital para o setor agro-industrial, embora uma grande variedade de equipamento seja requerida pelas indústrias de processamento dos produtos agrícolas, pecuários e de origem florestal.

(....) Como exemplo desse grupo de indústrias, tem-se a fabricação de máquinas para indústria de madeira, para indústria de couro, máquinas e aparelhos para indústria do açúcar e destilarias, etc.¹⁰

Segundo a FIBGE, são consideradas como agroindústria 175 atividades industriais, determinadas ao nível de seis dígitos de classificação. Essas atividades se enquadram em 15 gêneros industriais, conforme apresentado no Anexo 1.

¹⁰O número de classificação refere-se ao código do IBGE.

¹⁰FUNDAÇÃO IBGE. Classificação de indústrias 1972.

4 METODOLOGIA

Delimitação Geográfica e Temporal

Para a análise do segmento algodoeiro paranaense, foi considerado um período de oito anos, englobando os anos de 1980 a 1987.

Obtenção dos Dados

As informações foram obtidas através de consulta às fontes secundárias de dados e junto aos órgãos ligados às entidades de classe e aos organismos governamentais, procurando desta maneira reunir o máximo possível de documentos que retratassem o complexo algodoeiro no Paraná.

Especificamente, foram consultadas as seguintes fontes de dados brutos: FIBGE (Censo Agropecuário de 1980 e Sinopse de 1985), Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná/DERAL, CFP/PR, BADEP, CLASPAR, Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Paraná e Sindicato da Indústria de Fiação de Tecelagem em Geral do Estado de São Paulo - SINDITÊXTIL - e Associação Brasileira da Indústria Têxtil - ABIT -, através da publicação Carta Têxtil (Edição Especial). Os dados provenientes destas fontes foram enriquecidos pelas informações resultantes de discussões com técnicos de instituições como o IPARDES, CLASPAR, IAPAR, BADEP e de cooperativas paranaenses voltadas ao beneficiamento e industrialização do algodão, particularmente a COCAMAR e COAGEL.

Tratamento e Análise dos Dados

Os dados são apresentados de forma tabular e gráfica, proporcionando assim uma visualização mais adequada das variações ocorridas a partir de uma série histórica, num determinado período de tempo.

Uma vez que foi realizada uma comparação direta entre esses dados, utilizando-se a representatividade percentual, não foram necessários tratamentos especiais do tipo ajuste estatístico.

Para a análise do desempenho da produção brasileira e paranaense, os dados foram agrupados de forma tal que fosse possível visualizar o desempenho de algumas variáveis simultaneamente, como área plantada, produção e rendimento médio. O comportamento de cada variável pode ser acompanhado ano a ano, uma vez que foi calculada a sua taxa percentual de crescimento.

Particularmente com relação ao rendimento médio, buscou-se comparar de forma direta os resultados obtidos no Paraná com os do Brasil.

No tocante à produção, tanto do algodão em caroço como em pluma, procurou-se demonstrar sua importância via cálculo da participação estadual na produção nacional.

Para verificar o comportamento da indústria têxtil paranaense no período, foi feita uma comparação direta entre os dados relativos à capacidade instalada, consumo de algodão em pluma e número de estabelecimentos, para os quais foi calculada a taxa de crescimento e participação percentual.

Finalmente, procedeu-se a esse mesmo tratamento para os dados referentes ao valor adicionado e número de emprego, o que possibilitou uma avaliação da participação do gênero têxtil na economia estadual.

5 SURGIMENTO DA ATIVIDADE TÊXTIL

Quem fala da Revolução Industrial fala do algodão, de Lancashire, e de Manchester (E. J. Hobsbawm).

Antes de se partir para a análise da produção de algodão no período 1780-87, é interessante e, até mesmo curioso, apresentar um breve relato sobre o surgimento da atividade têxtil, dada a sua importância no processo da Revolução Industrial.

O surgimento da atividade têxtil remonta há mais de dez mil anos, pois os desenhos e gravuras das cavernas pré-históricas provam que a humanidade utilizava peles de animais para se proteger do frio.

Tudo leva a crer que os povos que viviam provavelmente na Ásia Central, uma região com graves problemas de vestuários para suportar as intempéries, devido ao frio, resolvem se enrolar em lã de carneiros silvestres, muito abundantes naquela região e que, no mínimo, era muito melhor do que as peles de outros animais abatidos ou das plantas, folhas e fibras quebradiças, pois estas apresentavam mau cheiro, não eram flexíveis e se deterioravam facilmente. Mais tarde, esses povos descobriram que não havia necessidade de abater os carneiros para obter a pele lanuda e que, se tosqueada, cada ovelha lhes fornecia vários tosões de lã. Com o aumento do rebanho, decorrente desta descoberta, alguém experimentou trançar ou feltrar a lã dos carneiros e observou que esta formava uma es-

pécie de tecido. Foi a partir desse momento que teve início a atividade têxtil.

Enquanto os povos da Ásia Central desenvolviam e utilizavam a lã de carneiro para cobrir o corpo, os homens que habitavam as regiões quentes, provavelmente a Índia, descobriram que certas plantas, principalmente o algodão, forneciam fibras que, pela sua flexibilidade, podiam ser tecidas.

Pedaços de tecidos encontrados em vasos de prata nas localidades de Mohenjo-Daro e Harrapas, do Vale Indo (Índia) comprovam o uso de técnicas bem avançadas no processo de tecelagem de algodão há cinco mil anos.¹¹

O Egito aperfeiçoou-se na técnica da tecelagem do linho, cujo processo remonta há dois mil anos antes de Cristo. Cabe salientar que as faixas de algodão que envolviam os faraós mumificados, hoje encontrados no Museu Têxtil de Luão, são mais finas que os modernos tecidos mecânicos. Paralelamente, na China, propagava-se o bicho-da-seda. Esse monopólio de técnicas de tecelagem durou alguns anos, com a Índia fiando o algodão, o Egito tecendo o linho e a China preparando a seda.

Mesmo sendo rudimentares os meios de permuta e comunicação nos primórdios da humanidade, o linho, os tecidos de lã, o algodão, a lã, a seda e o couro, há dois milênios antes dos dias atuais, eram utilizados em toda parte onde houvesse homens "civilizados".

No entanto, os problemas no comércio dos tecidos dificultavam o atendimento de toda demanda, fazendo do vestuário

¹¹ZISCHKA, Anton. A guerra secreta pelo algodão. Porto Alegre : Globo, 1936. p.15.

um privilégio de poucos.

Enquanto os detentores dos métodos de produção e da matéria-prima defendiam em guerras esse monopólio, a Babilônia, por ter sido inventora do pagamento em ouro e dos pesos e medidas práticos ao comércio, mantinha, já na época, transações comerciais com todos os centros têxteis da Ásia. Por volta de mil anos antes de Cristo, monopolizara o comércio de tecidos por ela transportado: a lã, a seda e o algodão da Índia, China, Pérsia e Arábia. Porém, os egípcios, por possuírem as mais poderosas instituições capitalistas e desejarem auferir altos lucros com a exclusividade dos artigos, travam guerra com a Babilônia para dominar esse comércio; em decorrência, no sexto século antes de Cristo, os dois impérios estão em ruínas, e o Egito anexado ao Império Persa.

Diante disso, coube aos árabes realizarem o comércio do algodão, principalmente em suas cidades costeiras, revezando-se com os judeus. A difusão da fibra branca por todo o Mediterrâneo fez com que a seda a substituísse nas especulações na antigüidade, principalmente em virtude do segredo em torno do processo de produção da seda, que era monopólio chinês.

O segredo chinês só é desvendado no quinto século depois de Cristo, quando uma princesa chinesa se casa com um príncipe indú e leva como dote, para a nova pátria, um lote de bichos-da-seda e amoreiras, levando ao fim um monopólio milenar.

A Europa veio a conhecer o bicho-da-seda em 552 através dos missionários bizantinos, eliminando de uma vez por todas o monopólio da seda.

Buscando recuperar a sua importância no mercado têxtil,

a China começa a produzir um tipo de tecido que resulta da mescla da seda com o algodão, o que lhe era bastante promissor, pois, além de utilizar sua própria matéria-prima, aumentava consideravelmente o volume da produção.

Durante a Idade Média, a grande maioria das cruzadas e as insistentes viagens de exploração pelos mares buscavam levar para a Europa o segredo e a comercialização do tão desejado algodão. A famosa viagem de Marco Pólo em 1271, custeada por comerciantes de seda e algodão de Veneza, tinha como objetivo estabelecer comunicação direta com a Índia e a China. O êxito foi pleno, pois, além de estudar o algodão na China, Marco Pólo foi o primeiro viajante a trazer para a Europa grandes carregamentos de tecido de algodão.

Não imaginavam os europeus e muito menos os asiáticos que, em 1325, com o surgimento da fiação inglesa do algodão, decorrente da utilização pelos tecelões de Manchester das fibras vindas da Índia, teria início a Revolução Industrial.

O grande triunfo do algodão se consuma com a época dos grandes descobrimentos. Nos fins do século XV, Vasco da Gama chega à Índia, ligando assim as regiões produtoras diretamente com as consumidoras, fazendo de Lisboa e Sevilha as substitutas de Constantinopla, Gênova e Florença na comercialização do algodão. Quando Colombo, um filho de tecelão de Gênova, descobre a América, a Europa esquece o Oriente e volta-se completamente para o Ocidente. O navegador genovês jamais poderia imaginar que teria descoberto a maneira de financiar, através do ouro e da prata, toda a Europa.

O algodão encontrava nas Américas ótimas condições para desenvolvimento, porém as características climáticas altera-

vam-lhe algumas propriedades, havendo, principalmente, dificuldade em separar os fios brancos da semente, o que exigia, portanto, um número bem maior de trabalhadores. Como a Inglaterra não possuía as novas fronteiras de produção, lança-se diretamente no mercado de mão-de-obra, praticando o tráfico de escravos, chegando a monopolizá-lo. Enquanto isso, tecelões da França e da Alemanha imigravam para a Grã-Bretanha.

Nas novas fronteiras ocidentais, as plantações de algodão aumentavam cada vez mais, enquanto a Inglaterra desenvolvia máquinas que lhe conferiam o título de centro têxtil do mundo e, conseqüentemente, o poder econômico mundial.

6 PRODUÇÃO DE ALGODÃO NO BRASIL E PARANÁ

6.1 ALGODÃO EM CAROÇO

A agricultura brasileira e particularmente a paranaense sofreram uma rápida e profunda modernização nas décadas de 60 e 70, tendo como mola propulsora a política econômica voltada ao estímulo do crescimento da produção agrícola, visando as boas cotações internacionais. Essa modernização foi inevitável pelo fato de que, somente com a abundância de recursos naturais e mão-de-obra existentes no País, não seria possível aumentar a produtividade necessária para o setor manter uma competitividade no mercado externo.

Portanto, foi a entrada dos produtos agrícolas no mercado mundial que forçou a modernização da agricultura nacional, que, por sua vez, promoveu um estreitamento entre os setores agrícola e industrial. A necessidade de aumentar a produção e reduzir os custos fez com que as agroindústrias voltadas ao atendimento da agricultura promovessem, em várias regiões, dada a demanda do setor primário, um processo de modernização em praticamente todas as fases do cultivo, através da introdução de melhores técnicas de plantio, utilização de sementes certificadas, técnicas modernas de combate a pragas e maior eficiência na colheita.

Outra característica marcante do ingresso da agricultura brasileira no mercado internacional foi a mudança radical no perfil da produção agrícola nacional, pois os cultivos pra-

ticados são norteados pelas cotações e oscilações do mercado, promovendo com isso a formação de verdadeiros complexos agroindustriais.

Esse estreitamento entre agricultura e indústria é tratado de forma mais profunda num estudo de KAGEYAMA, que conclui:

Assim, o desenvolvimento capitalista, pela divisão social do trabalho e especialização das unidades e ramos produtivos, provoca inicialmente a separação entre a agricultura e as atividades artesanais, e entre a cidade e o campo. A industrialização, no entanto, destrói essa unidade para recriá-la em novas bases, transformando o modo de produzir na agricultura, fornecendo-lhe meios de adequar e subordinar as condições naturais e constituindo-se cada vez mais como mercado para a produção agrícola. A agricultura vai se convertendo num "ramo da indústria", obtendo um controle cada vez maior das condições da natureza sob domínio do capital: um processo chamado industrialização da agricultura.¹²

No processo de mudança do perfil da produção agrícola nacional, não ocorreu apenas a implantação de novas culturas, como a soja, mas também as culturas já existentes sofreram um forte incremento, a exemplo do trigo e algodão.

Nos anos 80, dentre essas culturas, a produção brasileira de algodão vem apresentando bons resultados, principalmente em função de sua alta capacidade de verticalização.

A produção brasileira de algodão atingiu sua melhor performance no ano de 1985, com 2.856.568 toneladas. Em 1986 e 1987, foram registradas reduções de 18,9% e 27,7%, respectivamente. Foi na safra de 1988 que se verificou uma melhora no desempenho nacional, mesmo assim a produção de 2.288.357 toneladas ficou 19,89% abaixo da melhor posição obtida (tabela 1 e

¹²KAGEYAMA, A. A. Agroindústria: conceitos e parâmetros principais, s.l.:s.n., 1984.

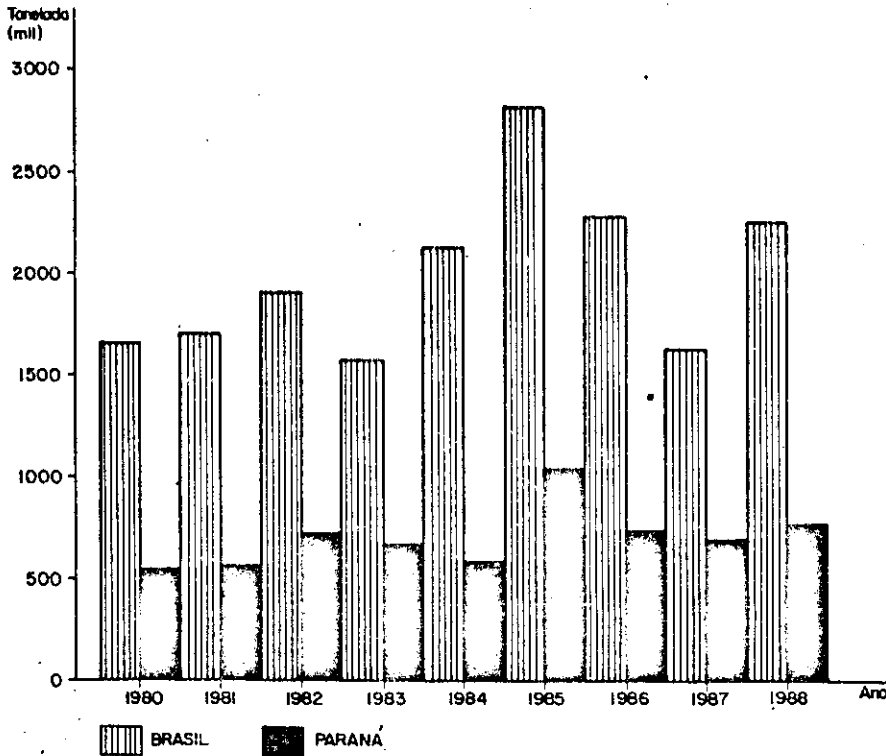
gráfico 1). As principais causas para esses resultados foram longas estiagens e incidência de pragas, com destaque para o bicudo, até então pouco conhecido.

TABELA 1 - AREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO ALGODÃO EM CAROÇO, NO BRASIL E PARANÁ - 1980-88

ANO	BRASIL									PARANÁ				PART. PR/BR (%)
	Algodão Arbóreo			Algodão Herbáceo			TOTAL			Algodão Herbáceo				
	Área Colhida	Produção	Rend.	Área Colhida	Produção	Rend.	Área Colhida	Produção	Taxa de Cresc.	Área Colhida	Produção	Taxa de Cresc.	Rend.	
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(%)	(ha)	(t)	(%)	(kg/ha)	
1980	2.436.852	236.554	101	1.353.443	1.439.330	1.063	3.789.495	1.675.884		336.000	561.519		1.671	33
1981	2.114.396	189.562	90	1.396.576	1.542.166	1.104	3.510.972	1.731.668	3,3	305.790	581.000	3,4	1.900	33
1982	2.055.949	233.352	113	1.568.268	1.694.725	1.081	3.624.217	1.928.077	11,0	369.500	739.026	27,1	2.000	38
1983	1.579.200	77.329	49	1.347.216	1.521.061	1.129	2.926.496	1.598.390	(17,1)	440.000	695.608	(5,8)	1.581	43
1984	1.440.715	270.615	188	1.673.402	1.889.359	1.129	3.114.117	2.159.974	35,1	322.124	611.865	(12,0)	1.899	28
1985	1.337.304	188.645	141	2.252.876	2.667.923	1.184	3.590.180	2.856.568	32,2	540.000	1.065.661	69,2	1.918	36
1986	1.163.995	116.103	100	1.995.842	2.198.437	1.102	3.159.747	2.314.540	(10,9)	415.000	768.434	(25,8)	1.852	33
1987	696.045	60.499	87	1.276.600	1.611.994	1.263	1.972.665	1.672.493	(27,7)	386.000	711.800	(7,3)	1.844	42
1988	739.098	124.839	169	1.824.312	2.163.518	1.186	2.563.400	2.288.357	36,8	444.400	790.000	10,9	1.778	34

FONTE: Anuários Estatísticos - FIDGE, SEAB/TERAL, IPARDES

GRÁFICO 1 - PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM CAROÇO, NO BRASIL E PARANÁ - 1980-88



FONTE: TABELA 1

No Paraná, a cotonicultura desfruta de grande importância não somente pelo Estado ser o maior produtor nacional, mas também pelo algodão ser uma cultura que garante um bom retorno para os pequenos e médios produtores.

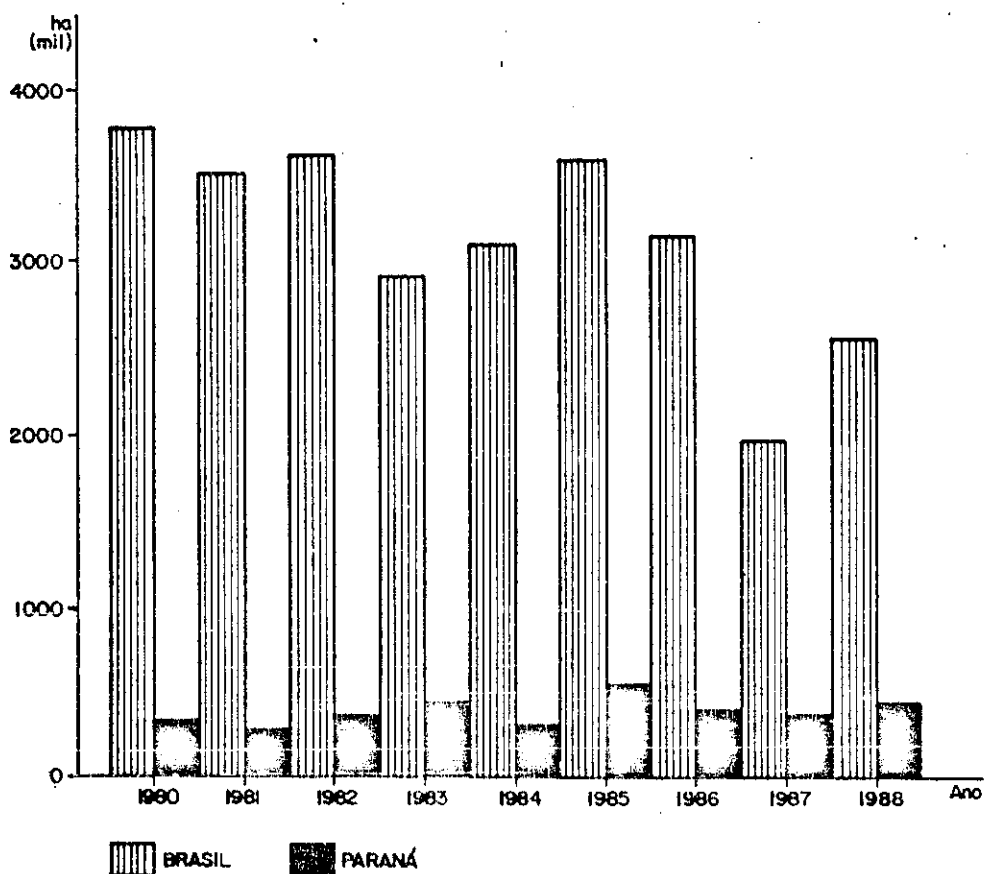
Foi nas safras de 1985 e 1988 que o Paraná obteve seus melhores resultados, registrando uma produção de 1.035.661 e 790.000 toneladas, respectivamente (ver tabela 1). A exemplo do desempenho negativo da produção brasileira entre 1986 e 1987, o Paraná também sofreu quedas sucessivas na produção, apresentando uma redução de 31,26%, mesmo assim inferior à queda nacional, que no período foi de 41,45%.

No tocante ao rendimento, fica bastante evidente a vantagem comparativa que o Paraná apresenta em relação aos demais estados brasileiros. No período 1980-88, comparando-se o rendimento médio do algodão herbáceo paranaense com o de mesmo tipo nas demais regiões do País, constata-se um rendimento médio de aproximadamente 60,68% na produção de algodão em caroço, superior ao resultado apresentado pelo rendimento médio nacional. Esse percentual aumenta ainda mais para o Paraná quando se compara o rendimento médio do algodão arbóreo e herbáceo* cultivado no Brasil com o do algodão herbáceo paranaense. A diferença chega a 183,25%, uma vez que o rendimento médio nacional foi de 645 kg/ha contra 1.827 kg/ha obtido pela lavoura paranaense (gráficos 2 e 3).

Com relação à estabilidade e manutenção da produção, o Estado também apresenta uma certa vantagem comparativa.

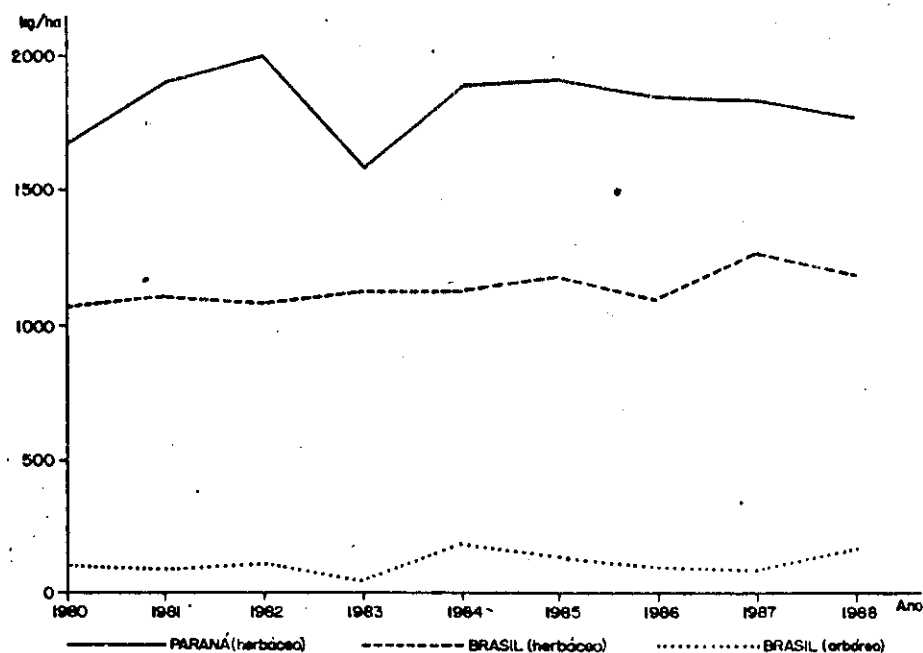
*Cabe lembrar que no território nacional são cultivados dois tipos de algodão: o herbáceo e o arbóreo, este último cultivado principalmente na região Nordeste.

GRÁFICO 2 - ÁREA COLHIDA DE ALGODÃO EM CAROÇO, NO BRASIL E PARANÁ - 1980-88



FONTE: TABELA 1

GRÁFICO 3 - RENDIMENTO MÉDIO DA PRODUÇÃO DO ALGODÃO HERBÁCEO E ARBÓREO, NO BRASIL E PARANÁ - 1980-88



FONTE: TABELA 1

Enquanto a produção brasileira aumentou 36,54% no período de 1980 a 1988, a paranaense passou de 561.519 toneladas para 790.000 toneladas, registrando, portanto, um aumento de 40,68% no mesmo período, ou seja, uma superioridade de 4,04 pontos percentuais. Convém ressaltar que essa diferença poderia indicar que tanto a produção paranaense como a brasileira cresceram praticamente juntas no período em análise, mas quando se consideram os anos de 1980 e 1985, constata-se uma vantagem de aproximadamente 13,98 pontos percentuais para o Paraná. Tal resultado evidencia que, em condições normais, pois na safra de 1985 tanto o Brasil como o Paraná atingiram o pico de produção,** a cotonicultura paranaense, se bem estimulada e aproveitada, pode incrementar o desenvolvimento do setor têxtil ao nível nacional e principalmente estadual.

A importância da produção paranaense de algodão no cenário nacional já foi destacada no estudo Indústria Têxtil Brasileira, concluído em 1985:

Um caso singular é o Estado do Paraná: considerando o período como um todo sua participação na área cultivada total praticamente não se altera (8,6% em 1965; 9,0% em 1980); no entanto, este estado aumenta o seu nível de produção em cerca de 60%, tornando-se o principal produtor* de algodão do país (33,5% da produção nacional em 1980). Dessa forma, os Estados de São Paulo e Paraná, com apenas 16,2% da área dedicada ao cultivo de algodão no Brasil, eram responsáveis por 62,3% da produção nacional em 1980.¹²

**Nessa safra, o Paraná apresentou uma superioridade de 61,99% no rendimento do algodão herbáceo frente ao de mesmo tipo cultivado no Brasil. Além das boas condições climáticas, a perspectiva de boas condições de comercialização da safra de 1985, em virtude de escassez constatada em 1984, levou tanto o Paraná como o Brasil a elevarem significativamente seus níveis de produção, demonstrando, assim, o dinamismo e o caráter mercantil (visa lucro) da cultura.

¹²SÃO PAULO. Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. A indústria têxtil brasileira: diagnóstico setorial. São Paulo, 1985. p.51 Convênio UNICAMP/IE/SICCT.

Pela tabela 1, pode-se verificar que o Estado do Paraná só não manteve sua média de participação na produção nacional em 1984, quando responde por 28,32%, porém, em 1987 sua participação chega aos níveis de 42,56% do total nacional. Esse desempenho só foi atingido graças à introdução de modernas técnicas inerentes ao processo de modernização da agricultura brasileira como um todo, principalmente no tocante ao preparo do solo, plantio e tratos culturais. No caso específico do Paraná, existe uma forte integração entre o setor agroindustrial e a agricultura, ou seja, é comum os produtores do Estado utilizarem recursos tecnológicos, tais como defensivos agrícolas, adubos, sementes selecionadas, máquinas e implementos agrícolas. Em contrapartida, em outras regiões do País, principalmente os estados do Nordeste produtores do algodão arbóreo, a integração com a agroindústria só se verifica na etapa de uso de defensivos, com exceção das regiões onde existe, embora incipiente, o sistema cooperativista.

Cabe salientar que a performance atual da produção paranaense de algodão não veio por si só, pois

(....) o IAPAR - Instituto Agrônômico do Paraná (....) promove diversos projetos e atividades abrangendo inúmeros municípios da região algodoeira do Estado, visando maior produção, qualidade e produtividade da cultura. Dentre os projetos promovidos, destacam-se:

- viabilização da cotonicultura em áreas de restrição edáfica, através de rotação de culturas e da racionalização da adubação química;
- obtenção de variedades de algodoeiro com resistência múltipla a doenças e adaptadas às condições edafoclimáticas regionais;
- desenvolvimento e validação de tecnologias para o manejo integrado de pragas e doenças do algodoeiro;
- desenvolvimento de alternativas técnicas e econômicas para racionalização da colheita manual do algodoeiro.¹⁴

¹⁴PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. Proposta de Programa de Apoio a Desen-

Esse fato só vem enfatizar a necessidade contínua e crescente da pesquisa aliada à integração entre agricultura e indústria, a fim de vislumbrar um maior nível de agregação de valor para o setor, aspecto que será tratado nos itens 7 e 8.

Detalhando a análise da produção paranaense de algodão em caroço por microrregiões homogêneas (MRH), constata-se uma liderança absoluta de Campo Mourão, que não perde posição em nenhum ano do período analisado (tabela 2).

Nas demais microrregiões, verificou-se uma certa alternância pela segunda, terceira e quarta posição na produção do Estado entre o Norte Novo de Londrina, Norte Velho de Jacarezinho e Extremo-Oeste Paranaense. Na tabela 2, pode-se visualizar melhor o comportamento destas e outras microrregiões, bem como o seu desempenho nos itens área plantada e rendimento no período em análise.

Um fator que deve ser levado em consideração ao se analisar o desempenho dessas microrregiões é a forte influência das cooperativas em praticamente todo o processo, ou seja, desde a produção até o beneficiamento. Essa integração entre agricultura e indústria via cooperativas funciona como uma espécie de amortecedor das oscilações de preços de mercado sobre a renda do produtor, uma vez que as cooperativas atuam tanto no beneficiamento da produção como na produção de sementes.

TABELA 2 - PRODUÇÃO DE ALGODÃO HERBACEO, SEGUNDO MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS, NO PARANÁ - 1980-87

MICRORREGIÕES	1980			1981			1982			1983			1984			1985			1986			1987		
	Area	Prod.	Rend.	Area	Prod.	Rend.	Area	Prod.	Rend.	Area	Prod.	Rend.	Area	Prod.	Rend.	Area	Prod.	Rend.	Area	Prod.	Rend.	Area	Prod.	Rend.
	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)	(ha)	(t)	(kg/ha)
Campos de Guarapuava	-	-	-	-	-	-	-	25	3	120	-	-	-	-	-	57	81	1.421	75	94	1.253	55	55	1.000
Extremo-Oeste-Paranaense	18.710	38.689	2.068	30.450	57.827	1.899	41.971	85.145	2.029	52.640	93.820	1.782	37.402	72.956	1.949	80.832	157.800	1.952	56.031	84.642	1.511	55.570	102.963	1.853
Norte-Movissino-de-Umuarama	63.278	66.714	1.054	43.240	94.281	1.949	46.441	90.511	1.734	50.337	66.290	1.317	39.249	73.949	1.884	62.173	115.741	1.861	50.504	73.459	1.455	43.297	71.255	1.646
Campo Mourão	90.827	164.210	1.800	78.492	138.485	1.764	90.863	172.858	1.902	105.550	140.532	1.331	57.410	107.484	1.872	103.050	215.733	2.093	82.490	151.348	1.835	75.646	140.035	1.851
Pitanga	5.090	8.152	1.602	3.990	7.500	1.900	5.005	6.817	1.362	6.440	9.530	1.185	5.250	8.733	1.663	12.960	27.216	2.100	9.035	13.595	1.505	6.300	7.336	1.164
Norte Novo de Apucarana	22.997	43.659	1.890	26.700	52.112	1.946	30.147	64.742	2.148	37.235	63.211	1.691	30.146	53.601	1.778	50.365	93.855	1.863	37.044	68.338	1.829	34.000	61.720	1.811
Norte-Movissino-de-Paranavai	10.048	14.429	1.436	8.740	12.388	1.417	11.098	19.476	1.665	13.750	19.740	1.435	12.015	25.296	1.974	20.065	52.256	1.798	22.693	34.637	1.526	15.297	29.929	1.957
Norte Novo de Maringa	7.330	13.552	1.849	6.185	11.620	1.879	9.200	19.552	2.107	13.440	25.824	1.921	9.588	18.642	1.944	13.260	24.200	1.825	11.760	19.509	1.659	5.965	11.816	1.981
Norte Novo de Londrina	27.302	45.672	1.673	25.902	47.287	1.891	36.630	77.900	2.127	42.415	74.190	1.749	37.696	81.182	2.154	58.448	118.286	2.024	53.630	121.058	2.257	52.770	106.076	2.010
Norte Velho de Jacarezinho	44.412	79.934	1.800	44.939	92.674	2.062	56.370	126.964	2.252	60.700	106.381	1.753	51.490	103.026	2.001	72.633	133.987	1.845	47.832	115.999	2.425	56.114	104.253	1.858
Norte Velho de Venceslau Braz	503	800	1.525	684	1.495	2.186	464	1.000	2.172	875	1.781	1.944	750	1.393	1.857	1.633	2.922	1.789	1.506	2.962	1.967	1.602	3.280	2.047
Alto Ivaí	322	483	1.500	707	1.360	1.924	810	1.329	1.641	1.800	3.070	1.706	1.200	1.909	1.591	4.919	7.490	1.524	4.590	8.620	1.878	3.191	5.618	1.761
Campos de Jaguariaiva	144	256	1.778	11	20	1.818	20	36	1.800	20	52	1.600	10	18	1.800	218	402	1.844	10	18	1.800	93	160	1.720
Campos de Ponta Grossa	-	-	-	-	-	-	1	2	2.000	13	24	1.846	10	20	2.000	67	95	1.418	100	160	1.600	130	260	2.000
Algodoeiro de Assai	45.010	84.961	1.888	36.570	73.871	2.020	39.800	82.686	2.078	53.000	91.252	1.722	39.060	63.641	1.629	50.300	85.574	1.671	37.700	81.995	2.175	35.890	67.124	1.870

FONTE: IBGE, IPARDES

Portanto, essa integração é imprescindível para a sobrevivência do setor primário, pois, com o baixo poder de agregação de valor ao produto, a indústria fornece mecanismos de estabilidade de preços e, conseqüentemente, de remuneração à atividade agrícola.

6.2 ALGODÃO EM PLUMA

O Estado do Paraná vem-se firmando na liderança de produção de algodão em pluma. No período em análise, a menor participação paranaense ocorreu no ano de 1984, quando respondeu por 31,4% e 10,34% da produção e área nacional, respectivamente.

O rendimento médio do algodão em pluma do Estado no período 1980-87 foi de 641,0 kg/ha, o que representa uma superioridade de 120,4% em relação ao rendimento médio brasileiro, que foi de 220,7 kg/ha (tabela 3 e gráfico 4).

Mesmo em relação ao rendimento mundial, a performance paranaense apresenta uma superioridade de 28,4%, uma vez que o rendimento médio apresentado pelos países produtores foi de 498 kg/ha na safra 1986/87, contra 639,9 kg/ha verificado no Paraná.

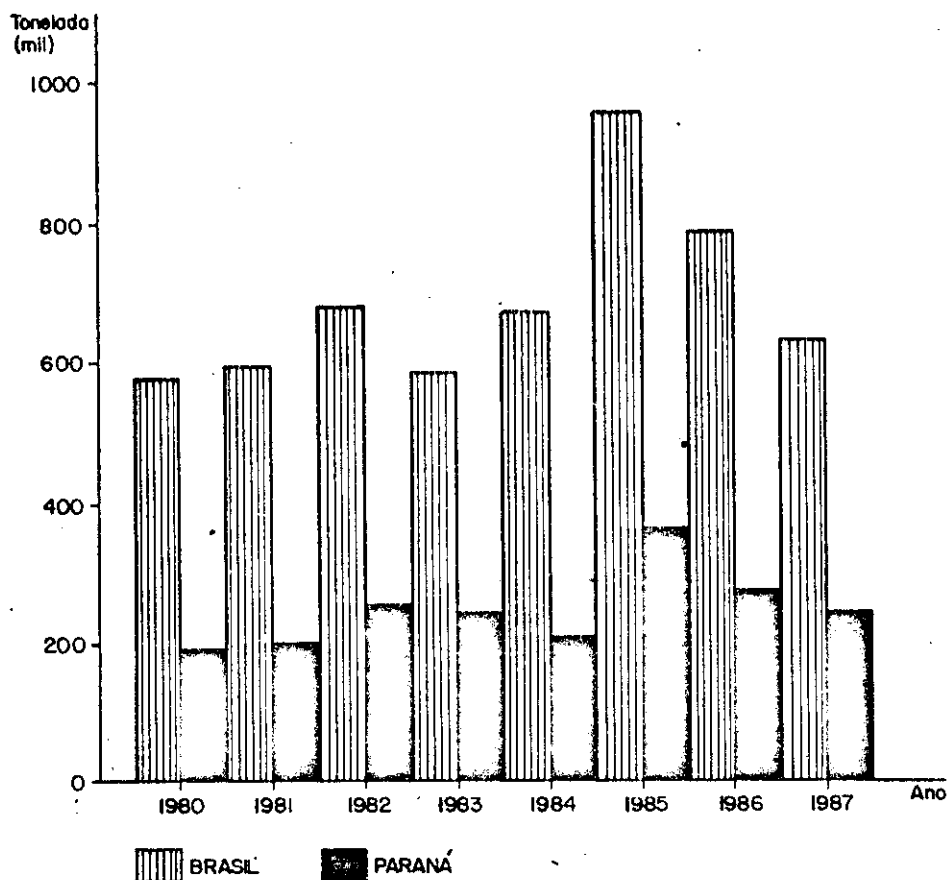
Em termos de capacidade de beneficiamento, as usinas do Estado do Paraná não só atendem a toda produção estadual, como também beneficiam algodão de outros estados, principalmente do Mato Grosso do Sul.

TABELA 3 - ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO ALGODÃO EM PLUMA, CLASSIFICADO, NO BRASIL E PARANÁ - 1980-88

ANO	BRASIL			PARANÁ			PARTIC. PR/BR	
	Área (ha)	Produção (t)	Rend. (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Rend. (kg/ha)	Produção (%)	Área (%)
1980	3.789.495	577.000	152,2	336.000	190.458,4	566,8	33,0	8,86
1981	3.510.972	594.000	169,1	305.790	202.492,6	662,1	34,0	8,70
1982	3.624.217	681.000	187,9	369.500	257.660,4	697,3	37,8	10,19
1983	2.926.496	586.000	200,2	440.000	247.163,3	561,7	42,1	15,03
1984	3.114.117	674.000	216,4	322.124	211.917,1	657,8	31,4	10,34
1985	3.590.180	960.000	267,3	540.000	366.286,8	678,3	38,1	15,04
1986	3.159.747	790.000	250,0	415.000	275.768,2	664,5	34,9	13,13
1987	1.972.665	636.000	322,4	386.000	247.029,1	639,9	38,8	19,56
1988	2.563.400	864.000	337,0	444.440	314.662,9	707,9	36,4	17,33

FONTE: CFP, CLASPAR

GRÁFICO 4 - PRODUÇÃO DO ALGODÃO EM PLUMA, NO BRASIL E PARANÁ - 1980-87



FONTE: TABELA 3

Convém salientar que o beneficiamento é peça-chave na qualidade das fibras, a qual depende do bom funcionamento das serras limpadoras e demais componentes integrantes de um conjunto de uma usina algodoeira, quais sejam: descaroçadores, serras, limpadores, sugadores, separadores e tulhas.

Não se afirma com isso que somente o complexo de beneficiamento é responsável pela qualidade da fibra, mas que, se esses componentes não estiverem trabalhando em condições apropriadas, provocam um aumento de desperdícios com a produção de fibras inaproveitáveis para a fiação, havendo o dilaceramento, e, dessa forma, perdendo parte de seu valor industrial.¹⁵

O Paraná apresentou no período 1980-87 uma taxa de crescimento positiva no que se refere ao número de usinas (tabela 4).

TABELA 4 - NÚMERO DE USINAS, CONJUNTOS, DESCAROÇADORES E SERRAS COM AS RESPECTIVAS TAXAS DE CRESCIMENTO, NO PARANÁ - SAFRAS 79/80 E 87/88

SAFRA	Nº DE USINAS	TAXA CRESC. (%)	Nº DE CONJUNTOS	TAXA CRESC. (%)	Nº DE DESCAROÇADORES	TAXA CRESC. (%)	Nº DE SERRAS	TAXA CRESC. (%)
79/80	53	12,76	93	45,31	458	22,78	39.680	22,09
80/81	64	20,75	101	8,60	509	11,13	43.170	8,79
81/82	67	4,68	114	12,87	562	10,41	47.500	10,03
82/83	47	(29,98)	107	(6,14)	612	8,89	53.221	12,04
83/84	56	19,14	171	59,81	660	7,84	56.646	6,43
84/85	90	60,71	208	21,63	705	6,81	60.326	6,49
85/86	91	1,11	116	(44,23)	704	(0,14)	60.426	0,16
86/87	93	2,19	174	50,00	746	5,96	63.936	5,81
87/88	101	8,60	178	2,29	760	1,87	65.676	2,72

FONTE: CLASPAR

Conforme a tabela 4, a safra 1982/83 apresentou a maior e única redução na taxa de crescimento no número de usinas,

mas em contrapartida, na mesma safra, registra a segunda maior taxa de crescimento no número de serras, o que caracteriza investimento na ampliação da capacidade instalada e não na criação de novos estabelecimentos.

Um fator importante para o incremento no número de serras é o fato de que a velocidade excessiva das serras, nos momentos em que ocorrem safras que ultrapassam a capacidade de beneficiamento, prejudica a qualidade da lã de algodão* exigindo, portanto, uma adaptação das usinas quanto ao seu ritmo de trabalho, visando a qualidade do produto final (fardos).

Ao se analisarem as taxas de crescimento do número de usinas e da produção de algodão em caroço (ver tabela 1), verifica-se uma coincidência, ou seja, em 1985 estas variáveis atingiram a maior taxa de crescimento no período: 60,71% e 69,02%, respectivamente. Esse fato indica a existência de um forte estreitamento entre os setores agrícola e industrial, reforçando mais uma vez o caráter dinâmico e mercantil da agricultura paranaense.

Em se tratando de algodão, esse estreitamento entre os setores é fundamental no tocante ao melhoramento da qualidade da fibra e, conseqüentemente, na comercialização do produto.

As normas* relativas à qualidade do algodão são estabelecidas por portaria do Ministério da Agricultura, através da Comissão Técnica de Normas e Padrões, as quais devem ser observadas na padronização, classificação, embalagem e apresentação do algodão em pluma, algodão em caroço e subprodutos e resíduos de valor econômico do algodão. Essas normas são re-

*Jargão Comercial.

passadas aos órgãos estaduais responsáveis pela sua aplicação em cada safra.

A análise do algodão para levantamento do tipo é feita de maneira comparativa visual. A Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR - classifica a produção de cada usina de acordo com um padrão pré-estabelecido. As usinas, por sua vez, com base no tipo-padrão definem seus próprios padrões, dando-lhes os mais variados nomes para facilitar a comercialização.

Segundo o Ministério da Agricultura, o algodão em pluma classifica-se em 14 tipos básicos.

A seqüência numérica será de tipos inteiros de 1 a 9 e de meios tipos de 3/4 a 7/8, determinando assim a coleção completa do padrão básico como sendo 1, 2, 3, 3/4, 4, 4/5, 5, 5/6, 6, 6/7, 7, 7/8, 8 e 9.

Para efeito de determinação dos tipos, serão levadas em consideração as características físicas e tecnológicas referentes à presença de manchas. A descoloração, as fibras cortadas, enoveladas, imaturas ou mortas, a maciez, a sedosidade, a presença de carimã, matérias estranhas e/ou impurezas, assim como a coloração, o brilho e o percentual de desperdício da amostra mantendo a proporcionalidade entre os tipos.¹⁴

No período 1980-88, o Paraná apresentou um tipo médio próximo do tipo 6, ou seja, 6,36. O melhor foi obtido na safra 83/84 e o pior, na safra 82/83, registrando os tipos médios 5,88 e 6,97, respectivamente (tabela 5)."

¹⁴ BRASIL. Ministério de Estado da Agricultura. Portaria nº 55, de 14 de fevereiro de 1990.

"Convém esclarecer que no levantamento de tipos, quanto menor o número melhor será o seu tipo (qualidade).

TABELA 5 - MÉDIAS DE TIPOS E PERCENTUAL DE PREDOMINÂNCIA DE FIBRAS 30/32 mm, NO PARANÁ - 1980-88

ANO	MÉDIA DE TIPOS	PREDOMINÂNCIA DE FIBRAS 30/32 mm (X)
1980	6,71	68,21
1981	6,13	99,22
1982	6,19	98,72
1983	6,97	96,30
1984	5,88	99,37
1985	6,30	98,83
1986	6,55	71,66
1987	6,38	96,83
1988	6,18	99,69

FONTE: CLASPAR (Relatório do Algodão - Safra 87/88)

Segundo a mesma portaria do Ministério da Agricultura, o algodão em pluma, de acordo com o comprimento da fibra, deve ser classificado em cinco classes para cada subgrupo, definidas conforme consta do quadro 1.

QUADRO 1 - CLASSES DE ALGODÃO EM PLUMA

CLASSES	SUBGRUPOS	
	COMERCIAL	EXTENSÃO (2,5 X SL)
Extra Longo	>36mm	>32mm
Longo	>32 a 36 mm	>29 a 32 mm
Médio	>28 a 32 mm	>25 a 29 mm
Curto	>24 a 28 mm	>21 a 25 mm
Muito Curto	<24 mm	<21 mm

FONTE: Ministério do Estado da Agricultura, Portaria nº 55, de 14 de fevereiro de 1990

As classes do subgrupo comercial são expressas de 2mm em 2mm, para as fibras que apresentarem comprimento igual ou superior a 28mm, e de 1mm em 1mm para fibras com comprimento inferior a 28mm. Já no caso do subgrupo extensão, as classes serão definidas de acordo com os resultados obtidos através do equipamento fibrógrafo.

Tomando tais normas e a tabela 5 como parâmetros, verifica-se que o produto paranaense vem apresentando melhor performance no comprimento da fibra do que em médias de tipos, sendo que na safra 87/88 atingiu o melhor índice percentual no período abordado, quando ocorreu uma predominância de 99,60% de fibras 30/32mm (classe médio) do total produzido de algodão em pluma.

7 INDUSTRIALIZAÇÃO DO ALGODÃO EM PLUMA

O Paraná vem se destacando ao nível nacional tanto na produção como no beneficiamento de algodão, mantendo, na última década, a primeira posição em relação aos demais estados brasileiros.

No entanto, ao se analisar o comportamento do segmento de industrialização do algodão em pluma no Estado, depara-se com uma situação incipiente e com pouco destaque.

No período em análise, observou-se que a capacidade de transformação industrial do Estado está muito aquém do seu potencial produtivo, uma vez que o melhor desempenho se deu no ano de 1987, quando foram industrializadas 39.300 toneladas de algodão em pluma das 247.029,1 toneladas produzidas, ou seja 15,90% (tabela 6).

TABELA 6 - PRODUÇÃO E CONSUMO INDUSTRIAL DO ALGODÃO EM PLUMA E MATÉRIA-PRIMA INDUSTRIALIZADA, NO PARANÁ - 1980-88

ANO	PRODUÇÃO DE ALGODÃO EM PLUMA (t)	CONSUMO IND. DE ALGODÃO EM PLUMA (t)	TAXA CRESC. (do cons.)	MATÉRIA-PRIMA INDUS- TRIALIZADA NO ESTADO (%)
1980	190.458,4	13.200,0	0,76	6,93
1981	220.492,6	12.200,0	(7,57)	5,53
1982	257.660,4	15.300,0	25,40	5,93
1983	247.163,3	19.300,0	26,14	7,80
1984	211.917,1	19.600,0	1,55	9,24
1985	366.286,8	21.500,0	9,69	5,86
1986	275.768,2	22.600,0	5,11	8,19
1987	247.029,1	39.300,0	73,89	15,90
1988	314.662,9	41.800,0	6,36	13,28

FONTE: SEAR/DERAL, CLASPAR, Conselho Nacional da Indústria Textil, Bolsa de Mercadorias de São Paulo - SINDITÊXTIL

Mesmo assim, esse resultado só foi alcançado graças ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Têxtil Paranaense, promovido pela Secretaria de Estado da Indústria e Comércio e pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná S/A - BADEP -, que, através de estudos realizados em 1984, desenvolveram uma série de estímulos e apoio à implantação de novas indústrias voltadas ao segmento de fiação no setor têxtil paranaense.

Desta forma, a partir de 1985 deu-se início à implantação de 10 novas plantas voltadas à fiação, as quais demandaram investimentos da ordem de US\$ 70 milhões e ainda o estabelecimento de diretrizes e adoção de mecanismos fiscais e financeiros.¹⁷

Como não poderia deixar de ser, o amadurecimento de tais investimentos promoveu, já em 1987, um incremento na ordem de 197,72% no consumo paranaense de algodão em pluma em relação ao consumo de 1980. Em 1988, tal percentual se eleva para 216,66%, sendo consumidas pelas unidades de fiação do Estado 41.800,0 toneladas de algodão em pluma.

Mesmo com tais investimentos, o consumo paranaense de algodão em pluma não atingiu 20% de sua produção.

À primeira vista, tal situação se apresenta realmente como um grande descaso, por parte do governo do Estado, com relação ao setor têxtil paranaense, mas, na verdade, após os incentivos realizados na década de 60, apoiados principalmente pelo BADEP, o setor passou os anos 70 com pouquíssimos investimentos. Uma das principais causas para tal situação foram os

¹⁷ PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. Proposta..., p.10

instrumentos legais que regulamentavam o setor têxtil ao nível federal. Desde 1970, vem ocorrendo, no âmbito nacional, uma forte corrente política que busca através de decreto-lei, resoluções do Conselho de Desenvolvimento Industrial - CDI - e do Conselho de Desenvolvimento Econômico - CDE - uma estratégia de industrialização do Nordeste a partir da diversificação das indústrias tradicionais, explorando a complementaridade intra-setorial e intra-regional, aliada com as vantagens comparativas regionais. Neste sentido, o Paraná vem sendo prejudicado com a política de incentivos voltada principalmente ao Nordeste.

Um outro aspecto bastante peculiar desse direcionamento da industrialização do Nordeste é que, para compatibilizar a política regional com a global do País, os órgãos encarregados de conceder incentivos fiscais e financeiros à indústria têxtil no final da década de 70 foram justamente a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM - , a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA - , a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE - e a Comissão de Incentivos à Exportação - CIEX.

No início da década de 80, a não-concessão de subsídios por parte do governo federal para os projetos de fiação que viessem a ser implantados nas regiões Sul e Sudeste e a falta de recursos para investimentos por parte do governo estadual levaram os órgãos paranaenses responsáveis pela liberação de financiamento ao setor têxtil a desenvolverem várias ações, sendo a principal a argumentação junto aos financiadores federais de que as cooperativas não pertencem à categoria "empresa". Essa estratégia possibilitou a negociação de recursos

federais para a implantação do já citado Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Têxtil Paranaense, através do Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC - e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Os recursos repassados pelo BNCC eram oriundos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Essa estratégia propiciou também a negociação de prazos para a aquisição de máquinas e equipamento junto ao FINAME. Outra ação empreendida pelo BADEP e SEIC foi a obtenção de um acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado para a dilação do prazo para o pagamento do ICM.

Com isso, a capacidade instalada do Estado passou, em 1984, de 20.160 toneladas/ano para 49.176 em 1987, auferindo, portanto, um acréscimo de 143,92% e, chegando em 1989, com uma capacidade de 57,210 toneladas/ano (tabela 7).

TABELA 7 - EMPRESAS PROCESSADORAS DE ALGODÃO EM PLUMA E CAPACIDADE INSTALADA NO PARANÁ - 1984-1987-1989

(Em t/ano)

EMPRESAS PROCESSADORAS	CAPACIDADE INSTALADA		
	1984	1987	1989
Artex	3.600	6.312	7.200
Cotonifício Kurashiki do Brasil S/A.	7.200	7.200	7.200
Cotonifício de São Bernardo S/A.	-	-	2.600
Coop. Agrícola de Cotia - Coop. Central	-	5.880	5.200
Textil Norte do Paraná - Texnorte	-	-	2.400
Textil Carpa Ltda	-	-	1.200
Texsul - Com. e Ind. Textil Ltda	-	-	600
Cocari Ltda	-	2.880	3.500
Cocawar	3.000	5.100	7.500
Cooperfios S/A. Ind. e Com.	-	4.000	3.600
Ciame - Comp. Nacional de Estamparia	3.240	3.240	3.240
Ind. Textil Apucarana Ltda	3.120	3.120	2.400
Coamo Ltda	-	2.200	3.000
Coagel	-	3.264	3.750
Coopagro Ltda	-	2.880	3.820
Total	20.160	49.176	57.210

FONTE: BADEP

Analisando a tabela 7, nota-se que ocorreu um firme direcionamento dos estímulos e incentivos para as cooperativas, o que promoveu uma maior integração setorial, tendo em vista a forte presença das mesmas no processo de comercialização e beneficiamento da matéria-prima.

Microrregiões com grande destaque, como a de Campo Mourão, estiveram atentas e souberam aproveitar as oportunidades de investimentos. Hoje, particularmente o município de Goioerê, a 75 km de Campo Mourão, vêm desenvolvendo um projeto para transformar a cidade num grande centro têxtil, com a criação de uma superestrutura em torno do algodão, tendo como maior investidora a cooperativa agropecuária local - COAGEL -, que, além de atuar no beneficiamento e fiação, passou também a integrar as fases de tecelagem e tinturaria*. Para fechar o ciclo, vem sendo implantadas pequenas e médias empresas de confecção no município e também em cidades vizinhas.

Ainda como efeito multiplicador dos investimentos realizados, o município está pleiteando junto à Universidade Estadual de Maringá - UEM -, que vem acompanhando tecnicamente todas as fases do projeto, uma extensão universitária, cujo primeiro curso, de Engenharia Têxtil, deverá estar funcionando no início de 1991, visando a integração entre indústria e universidade.¹⁰

Essa situação só vem confirmar o grande poder de ver-

*Antes o tingimento era feito no Estado de Santa Catarina, o que encarecia em até 100% o preço do produto final.

¹⁰PACHECO, Edmundo. Goioerê se firma como pólo têxtil. Folha de Londrina. 29 abr. 1990.

ticalização e agregação de valores que a cotonicultura pode propiciar.

8 O GÊNERO TÊXTIL NA ECONOMIA PARANAENSE

Embora o Paraná seja responsável por aproximadamente 35% da produção brasileira de algodão em caroço e em pluma, até recentemente a indústria têxtil local estava quase que totalmente voltada ao primeiro beneficiamento, mantendo uma certa regularidade na participação da composição do valor adicionado na indústria de transformação paranaense.

Porém, antes de se comentar o comportamento do gênero têxtil paranaense, convém tecer um breve panorama da economia recente do Estado.

O Paraná vem mantendo uma economia dinâmica e aberta, portanto diretamente influenciada por elementos internos e externos às suas fronteiras. Esse inter-relacionamento econômico, tanto ao nível nacional como internacional, faz com que certas decisões e/ou direcionamentos econômicos sejam ditados fora do território estadual. Neste sentido, qualquer análise sobre a economia paranaense requer uma compreensão da dinâmica da economia brasileira e internacional.

Nos primeiros anos da década de 80, a economia paranaense passou por um período recessivo, como reflexo da política econômica nacional. A política adotada pelo governo federal para a retomada do crescimento tinha como objetivo um superávit na balança comercial, sendo necessário para tanto um aumento dos excedentes exportáveis via diminuição da atividade econômica (recessão). No período de 1984-85, deu-se início a

uma fase de recuperação da economia brasileira, tendo como carro-chefe os setores ligados às exportações. Essa recuperação prossegue entre 1985 e 1988 com o aquecimento do mercado interno, resultante do dinamismo e crescimento dos setores ligados à exportação.

A retomada do crescimento econômico via superávit na balança comercial deu-se principalmente pela política de incentivos à exportação e também pelo bom desempenho da economia norte-americana, que resultou em aumento de suas importações. No lado das importações, os fatores mais favoráveis para a sua redução foram a queda do preço do petróleo e o aumento da capacidade instalada.

A economia paranaense foi atingida de diferentes maneiras e intensidades pela recessão. Dada uma diferenciação de sua estrutura produtiva em relação à nacional - predomínio de atividades agrícolas e agroindustriais -, no Paraná a recessão não foi tão acentuada, e a recuperação de 1984 não se caracterizou, ocorrendo de forma ampliada em 1985.¹⁹ Isso porque cerca de 14% do Produto Interno Bruto paranaense vem sendo direcionado para o mercado internacional, o que não ocorre em outros estados, cuja maior parte do PIB é voltada para o mercado interno, fazendo com que tenham sua economia quase que totalmente atrelada à performance da economia brasileira.²⁰

Ao nível nacional, o Paraná mantém transações econômicas principalmente com São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

¹⁹IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Cenários da economia paranaense - 1987-91. Curitiba, 1987. p.8

²⁰IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Cenários ..., p. 7.

Neste sentido, a indústria de transformação do sub-setor têxtil paranaense pode ser considerada como altamente integrada com a economia estadual. No período de recessão (1980-83), verificou-se um aumento de sua participação do valor adicionado do Estado, passando de 3,94% em 1980 para 4,02% em 1983, o que evidencia uma forte ligação com a economia internacional.

A retomada do crescimento no setor têxtil, conforme a tabela 8, tem início em 1986, quando a sua participação no valor adicionado da indústria de transformação passa a 4,30%, chegando em 1987 a 5,06%, demonstrando, também, um bom inter-relacionamento com o mercado interno.

TABELA 8 - VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DO GÊNERO TÊXTEL, NO PARANÁ - 1980-87

(valores em Cz\$ 1,00 a preços correntes)

ANO	VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE TRANS- FORMAÇÃO - TOTAL	VALOR ADICIONADO DO GÊNERO TÊXTEL NA IND. DE TRANSFORMAÇÃO	PARTICIPAÇÃO % DO GÊNERO TÊXTEL NA IND. DE TRANSFORMAÇÃO
1980	264.966.094,1	10.447.916	3,94
1981	514.497.532,5	17.564.056	3,41
1982	936.936.915,8	38.892.323	4,15
1983	2.708.038.310,1	108.958.768	4,02
1984	8.869.676.619,4	302.891.863	3,41
1985	32.524.786.169,7	1.232.438.765	3,79
1986	70.610.401.851,0	*3.036.247.279	4,30
1987	269.031.183.604,0	*13.612.977.890	5,06

FONTE: Secretaria da Fazenda do Paraná

*Valor Extraído via % de Participação

Tal performance também é representativa no número de empregos, pois em 1981 o gênero têxtil paranaense tem uma participação relativa de 2,3% no total dos empregos ocupados pela indústria estadual, passando em 1987 para 3,3%. Tomando como base os mesmos valores e extraído do total dos empregos

ocupados na indústria paranaense a participação do gênero construção civil, a participação do gênero têxtil eleva-se para 3,14% e 4,14%, respectivamente."

Pelo fato de os estabelecimentos da indústria têxtil pertenceram, em sua maioria, a cooperativas, o número de empregados contratados para este segmento é computado na atividade "70 - Cooperativas" e não na atividade "24 - Ind. Têxtil". Diante disso, não foi possível dimensionar a real participação da indústria têxtil no número de empregos gerados no Paraná, para o que seria necessário um levantamento junto a cada cooperativa ligada às atividades de beneficiamento, fiação e tecelagem de algodão.

No número de estabelecimentos do Estado, a participação do gênero têxtil é positiva, embora com pouca representatividade percentual. Por exemplo, a participação relativa em 1980 é de 0,2%, com 150 estabelecimentos num total de 66.140 estabelecimentos nas atividades econômicas, passando para 0,3% em 1985.

TABELA 9 - NÚMERO DE EMPREGOS NO GÊNERO TÊXTEL, PARTICIPAÇÃO DO EMPREGO DO GÊNERO TÊXTEL NO TOTAL DA INDÚSTRIA, NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO GÊNERO TÊXTEL E PARTICIPAÇÃO DO GÊNERO TÊXTEL NO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS, NO PARANÁ - 1981-87

ANO	EMPREGO NO GÊNERO TÊXTEL (Abs.)	TAXA DE CRESC. (%)	PARTIC. DO EMPREGO DO GÊNERO TÊXTEL NA INDÚSTRIA (%)	PARTIC. DO EMPREGO DO GÊNERO TÊXTEL NA INDÚSTRIA.* (%)	Nº ESTAB. GÊNERO TÊXTEL (Abs.)	TAXA DE CRESC. (%)	PARTIC. DO GÊNERO TÊXTEL NO TOTAL DE ESTAB.
1981	6.796	-	2,3	3,14	150	-	0,2
1982	7.265	6,90	2,4	3,22	162	8,00	0,2
1983	7.358	1,28	2,8	3,44	175	8,02	0,2
1984	7.918	7,61	2,9	3,54	178	1,71	0,2
1985	8.648	9,21	2,7	3,39	196	10,11	0,3
1986	11.224	29,78	3,0	3,83	232	18,36	0,3
1987	12.196	8,66	3,3	4,14	-	-	-

FONTE: Relação de Informações Sociais - RAIS (1980 - 1985) - MtB Anuário RAIS - 86, (SUL)

*Participação do gênero têxtil no total da indústria excluindo-se o gênero construção civil.

"Tendo em vista o alto grau de empregos ocupados no gênero construção civil, distorcendo assim

Um fator a ressaltar é a taxa de crescimento dos estabelecimentos do gênero têxtil nos anos de 1985-86, quando ocorre amadurecimento dos investimentos realizados em 1984. Nesse período, o número absoluto de estabelecimentos passa de 196 para 232, perfazendo um crescimento de 18,36% (o maior no período 1981-86), o que reforça o efeito multiplicador no setor têxtil e também o grande poder de verticalização da cotonicultura.

CONCLUSÃO

O Paraná apresenta vocação para a cotonicultura em virtude, principalmente, do elevado rendimento médio do algodão e da boa organização do setor primário, o que leva a produção estadual a assumir liderança ao nível nacional.

Especialmente no período 1980-87, não se verifica uma taxa de crescimento positiva ano a ano na produção de algodão em caroço. Porém, essas oscilações não são consequência da perda de rendimento, mas sim da falta de uma política de incentivos voltadas à cotonicultura paranaense e de perspectivas não-favoráveis nas cotações do algodão.

No tocante ao beneficiamento da matéria-prima, o Paraná também detém a primeira posição na produção nacional de algodão em pluma, respondendo por 35%, o que lhe confere ótimas condições para o desenvolvimento da indústria têxtil estadual, principalmente pelo fato de industrializar somente 13,28% (1988) da produção. Além disso, a presença marcante no Estado de cooperativas que atuam na produção de sementes, beneficiamento, fiação, tecelagem e até mesmo na produção de óleo, propicia uma maior integração entre indústria e agricultura.

Com relação ao gênero têxtil paranaense, a sua participação no valor adicionado da indústria de transformação manteve-se estável no período 1980-87. Convém destacar que a perda de participação constatada em alguns anos do período se deve ao aumento de participação de outros gêneros,

principalmente produtos alimentares, mecânica, material elétrico e de comunicação, entre outros. Porém, com a quebra da barreira da não-liberação de recursos para projetos voltados ao setor têxtil em 1984, quando o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do setor Têxtil Paranaense estrategicamente caracteriza cooperativa como não sendo empresa, a participação do gênero têxtil no valor adicionado da indústria de transformação passa de 3,41% em 1984 para 5,06% em 1987, o que vem comprovar o grande potencial têxtil inerente ao estado do Paraná.

Em termos econômicos, o melhor desempenho apresentado pelo gênero têxtil foi na geração de emprego, pois em 1986, quando amadurecem os investimentos realizados em 1984, registra-se uma taxa de crescimento de aproximadamente 30%, isso sem computar a mão-de-obra ocupada nas fases de produção de matéria-prima. Também não estão incluídos nessa taxa os empregos gerados pelas cooperativas voltadas à esta atividade.

Diante do exposto, e tendo em vista a conjuntura econômica brasileira, em que as diretrizes governamentais são para a prática do mercado livre, é chegado o momento de o governo estadual e a iniciativa privada envidarem esforços para que a indústria têxtil paranaense se equipare aos níveis da sua produção de matéria-prima.

Portanto, o Paraná, por possuir um incipiente parque instalado, deve aproveitar a oportunidade para investir o quanto antes na implantação ou ampliação de novas unidades de fiação, tecelagem, tinturaria e confecção, visando com isso aproveitar o grande poder de verticalização do algodão e lograr vantagens pela disputa de novos mercados, uma vez que,

com a livre concorrência, as indústrias têxteis tradicionais de outros estados terão de modernizar os equipamentos, a metade dos quais se encontram hoje obsoletos.

Com relação ao consumo do produto final, mesmo que não ocorra uma recuperação dos salários - objetivo da atual política econômica federal -, a produção da indústria têxtil paranaense terá ingresso no mercado internacional - um determinante essencial à trajetória de seu crescimento -, entre outras razões, pela tendência de estabilização do preços do algodão em pluma nesse mercado.

Em suma, o Paraná apresenta excelentes condições para o crescimento e desenvolvimento do seu segmento algodoeiro, que hoje só não se destaca na transformação do algodão em pluma e no processo de tecelagem em virtude das barreiras impostas pela política federal para o setor, que tinha como meta a industrialização do Nordeste do País, vetando assim todos os projetos voltados à implantação de indústrias têxteis nas regiões Sul e Sudeste.

Finalmente, fazem-se algumas observações que se entendem como importantes para o desenvolvimento do gênero têxtil paranaense:

- a) incentivar a cotonicultura através da integração com beneficiadores e produtores, estendendo-a aos fiadores e tecedores;
- b) estender o ramo agroindustrial têxtil no processamento de caroço de algodão, visando processar o excedente exportado para outros estados (em 1988 cerca de 57%);
- c) atentar para a modernidade das máquinas de benefi-

ciamento, fiação e tecelagem;

- d) promover a criação de "centros" têxteis a partir da instalação de usinas de beneficiamento, tecelagem e fiação com uma certa proximidade, visando com isso a redução de custos, principalmente de fretes;
- e) promover a participação da indústria paranaense em feiras e exposições nacionais e até mesmo internacionais;
- f) prover de capital de giro, através de programas estaduais, as empresas com menor capacidade financeira do setor;
- g) promover, junto a organizações de pesquisa na área agrícola, melhoramento e adaptação de sementes, visando incremento na produtividade e qualidade.

RECOMENDAÇÕES

Em termos de estudos, recomenda-se a realização de uma pesquisa sobre o estado de modernidade tecnológica do atual parque têxtil estadual, buscando assim traçar diretrizes à implantação e/ou ampliação de indústrias com alto nível tecnológico, o que é essencial à competitividade no mercado internacional.

Outra pesquisa poderia mensurar o efeito multiplicador da implantação de indústrias têxteis em municípios e regiões do Estado, tanto no valor adicionado como no emprego, buscando principalmente demonstrar a grande capacidade de verticalização da atividade têxtil.

**ANEXO 1 - ATIVIDADES INDUSTRIAIS SEGUNDO
A CLASSIFICAÇÃO DO IBGE**

24 - TÊXTIL

Classificam-se neste gênero todas as atividades relacionadas com a indústria têxtil, compreendendo:

1) Beneficiamento de fibras têxteis vegetais, artificiais e sintéticas e de matérias têxteis de origem animal, fabricação de estopa, de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis;

2) Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de algodão, seda animal, lã, linho e rami, caroã, juta e outras fibras têxteis vegetais e de fibras artificiais e sintéticas, e tecelagem de filamentos contínuos artificiais, acabados ou sem acabamento (*alvejamento, tingimento, estampagem, etc.*) - exclusive tecidos de malha e fabricação de linhas para coser e bordar;

3) Fabricação de fios e linhas para coser e bordar;

4) Fabricação de tecidos de malha e artigos de malharia - exclusive meias;

5) Fabricação de meias;

6) Fabricação de tecidos elásticos;

7) Fabricação de artigos de passamanaria, fitas, filões, rendas e bordados;

8) Fabricação de tecidos especiais;

9) Acabamento de fios e tecidos (*serviços industriais prestados a fiações, tecelagens, e similares*);

10) Fabricação de artefatos têxteis produzidos nas fiações e tecelagens (*cordoalha, redes, artigos de tapeçaria, artigos de uso doméstico, etc.*).

Não serão classificadas neste gênero:

1) Fabricação de artigos de tapeçaria (*tapes, passadeiras, capachos, etc.*) de borracha (*gênero 18*);

2) Fabricação de artigos de tapeçaria (*tapes, passadeiras, capachos, etc.*) de material plástico (*gênero 23*);

3) Fabricação de artefatos de tecidos produzidos fora das fiações e tecelagens (*gênero 25*);

4) Fabricação de artigos de malha, confeccionados com tecidos de malha (*gênero 25*);

5) Fabricação de sandálias e alpargatas de tecidos e fibras têxteis (*gênero 25*);

6) Confeção de roupas, execução de bordados e plissados, confecção de camisas e outros artigos do vestuário, quando executadas para particulares, sob encomenda (*que*

será pesquisada no Censo dos Serviços).

24 - TÊXTEL

24.10 - BENEFICIAMENTO DE FIBRAS TÊXTEIS VEGETAIS, ARTIFICIAIS E SINTÉTICAS, E DE MATÉRIAS TÊXTEIS DE ORIGEM ANIMAL, FABRICAÇÃO DE ESTOPA, DE MATERIAIS PARA ESTOFOS, E RECUPERAÇÃO DE RESÍDUOS TÊXTEIS

24.11 - Beneficiamento de fibras têxteis vegetais

24.11.10 - Beneficiamento de algodão

24.11.99 - Beneficiamento de outras fibras vegetais

24.12 - Beneficiamento de fibras têxteis artificiais ou sintéticas

24.12.99 - Beneficiamento de fibras têxteis artificiais ou sintéticas

24.13 - Beneficiamento de matérias têxteis de origem animal

24.13.10 - Beneficiamento de lã

24.13.50 - Beneficiamento de seda animal

24.13.75 - Beneficiamento de pelos e crinas

24.19 - Fabricação de estopa, de materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis

24.19.10 - Fabricação de estopa

24.19.99 - Fabricação de outros materiais para estofos e recuperação de resíduos têxteis

24.20 - FIAÇÃO, FIAÇÃO E TECELAGEM, E TECELAGEM

24.21 - Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de algodão - inclusive mesclas com predominância de algodão

24.21.10 - Fiação de algodão

24.21.50 - Fiação e tecelagem de algodão

24.21.75 - Tecelagem de algodão

24.22 - Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de seda animal - inclusive mesclas com predominância de seda animal

24.22.10 - Fiação de seda animal

24.22.50 - Fiação e tecelagem de seda animal

24.22.75 - Tecelagem de seda animal

24.23 - Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de lã - inclusive mesclas com predominância de lã

24.23.10 - Fiação de lã

24.23.50 - Fiação e tecelagem de lã

24.23.75 - Tecelagem de lã

24.24 - Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de linho e rami - inclusive mesclas com predominância de linho e rami

24.24.10 - Fiação de linho e rami

24.24.50 - Fiação e tecelagem de linho e rami

24.24.75 - Tecelagem de linho e rami

24.25 - Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de caroã, juta e outras fibras têxteis vegetais

- 24.25.10 - Fiação de caroã, juta e outras fibras vegetais
- 24.25.50 - Fiação e tecelagem de caroã, juta e outras fibras vegetais
- 24.25.75 - Tecelagem de caroã, juta e outras fibras vegetais
- 24.26 - Fiação, fiação e tecelagem, e tecelagem de fibras artificiais e sintéticas - inclusive mesclas com predominância de fibras sintéticas
 - 24.26.10 - Fiação de fibras artificiais e sintéticas
 - 24.26.50 - Fiação e tecelagem de fibras artificiais e sintéticas
 - 24.26.75 - Tecelagem de fibras artificiais e sintéticas
- 24.27 - Tecelagem de filamentos contínuos artificiais
 - 24.27.99 - Tecelagem de filamentos contínuos artificiais ("rayon", viscose, acetato, etc.)
- 24.28 - Fabricação de linhas e fios para coser e bordar
 - 24.28.10 - Fabricação de linhas e fios de algodão para coser e bordar
 - 24.28.20 - Fabricação de linhas e fios de seda animal para coser e bordar
 - 24.28.30 - Fabricação de linhas e fios de lã para coser e bordar
 - 24.28.40 - Fabricação de linhas e fios de fibras vegetais para coser e bordar

24.28.50 - Fabricação de linhas e fios de fibras artificiais e sintéticas para coser e bordar

24.30 - MALHARIA E FABRICAÇÃO DE TECIDOS ELÁSTICOS

24.31 - Fabricação de tecidos de malha

24.31.99 - Fabricação de tecidos de malha

24.32 - Fabricação de artigos de malharia - exclusive fabricação de meias

24.32.10 - Fabricação de artigos de malharia (camisas, camisetas, vestidos, saias, artigos para recém-nascidos, roupas de banho, calções, pulôveres, jaquetas, etc.) - exclusive artigos de esporte e meias

24.32.50 - Fabricação de artigos de malha para fins esportivos (camisetas, calções, gorros, luvas, etc.) - exclusive meias para fins esportivos

24.33 - Fabricação de meias

24.33.10 - Fabricação de meias - exclusive esportivas

24.33.50 - Fabricação de meias para fins esportivos

24.34 - Fabricação de tecidos elásticos

24.34.99 - Fabricação de tecidos elásticos

24.40 - FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE PASSAMANARIA, FITAS, FILÓS, RENDAS E BORDADOS

24.41 - Fabricação de artigos de passamanaria

24.41.10 - Fabricação de artigos de pas-
samanaria (frangas, galões,
pingentes, vieses, debruns,
côos, etc.)

24.41.50 - Fabricação de fitas

24.41.75 - Fabricação de filões, rendas
e bordados

24.50 - FABRICAÇÃO DE TECIDOS ESPECIAIS

24.51 - Fabricação de feltros

24.51.99 - Fabricação de feltros - in-
clusive corapuças para cha-
pêus, ombreiras, e semelhan-
tes

24.52 - Fabricação de tecidos de crina

24.52.99 - Fabricação de tecidos de cri-
na - inclusive entretelas

24.53 - Fabricação de tecidos felpudos

24.53.99 - Fabricação de tecidos felpu-
dos

24.54 - Fabricação de tecidos impermeáveis e de
acabamento especial

24.54.10 - Fabricação de lonas e tecí-
dos encerados - inclusive de
"nylon", polipropileno, poli-
ester, etc.

24.54.50 - Fabricação de congôleos, ole-
ados, linôleos, panos-couro
e outros tecidos impermeá-
veis e de acabamento especi-
al

24.60 - ACABAMENTO DE FIOS E TECIDOS, NÃO PROCESSADO EM FIAÇÕES E TECELAGENS

24.61 - Acabamento de fios e tecidos

24.61.10 - Alvejamento, engomagem, tingimento, torção e retorção de fios

24.61.50 - Alvejamento, engomagem, tingimento, estamparia e outros acabamentos de tecidos

24.61.75 - Acabamento de fios e tecidos em geral

24.90 - FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS TÊXTEIS PRODUZIDOS NAS FIAÇÕES E TECELAGENS

24.91 - Fabricação de artigos de cordoaria

24.91.99 - Fabricação de artigos de cordoaria (cordas, cabos, cordões, barbantes, etc.)

24.92 - Fabricação de redes - exclusive para pesca

24.92.99 - Fabricação de redes

24.93 - Fabricação de sacos

24.93.99 - Fabricação de sacos de tecidos de algodão, juta e outras fibras têxteis

24.94 - Fabricação de artigos de tapeçaria

24.94.99 - Fabricação de artigos de tapeçaria (tapetes, passadeiras, capachos, etc.)

24.95 - Fabricação de artigos de uso doméstico

24.95.99 - Fabricação de artigos de uso doméstico (cobertores, colchas, toalhas de banho, ros-to e mãos, roupas de cama e mesa, copa e cozinha, etc.)

24.96 - Fabricação de artigos de tecidos imper-

meáveis e de acabamento especial

24.96.99 - Fabricação de artigos de tecidos impermeáveis e de acabamento especial. (encerados para veículos, correias para todos os fins, abrigos para carros, toldos, barracas, lonas-filtros para fins industriais, etc.)

24.99 - Fabricação de artefatos têxteis, não especificados ou não classificados

24.99.99 - Fabricação de artefatos têxteis, não especificados ou não classificados

25 - VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS

Neste gênero serão classificadas todas as atividades industriais ligadas à produção de artigos do vestuário, calçados, acessórios do vestuário e artefatos de tecidos, não produzidos nas fiações e tecelagens, compreendendo:

1) Confeção de peças interiores do vestuário masculino e feminino;

2) Confeção de roupas para homens e rapazes, senhoras e moças (*roupas de passeio, esportivas, de gala ou de rigor, uniformes, vestes especiais e roupas para uso profissional*);

3) Confeção de capas, sobretudos e outros agasalhos - inclusive de couros e peles, tecidos impermeáveis, borracha e de material plástico;

4) Confeção de roupas de couros e peles, borracha e material plástico, para homens e rapazes, senhoras e moças;

5) Confeção de roupas para recém-nascidos;

6) Confeção de roupas para crianças;

7) Fabricação de chapéus de qualquer material

- inclusive quepes, bonês, boinas, gorros, capacetes, e semelhantes;

8) Fabricação de calçados para homens, mulheres e crianças;

9) Fabricação de calçados para esporte;

10) Fabricação de chinelos e sandálias;

11) Fabricação de tamancos;

12) Fabricação de acessórios do vestuário (*gravatas, lenços, guarda-chuvas e sombrinhas, bolsas, cintos, cintas, luvas, etc.*);

13) Confecção de artefatos diversos de tecidos (*toalhas, roupa de cama, mesa, copa, cozinha e banheiro, flâmulas, barracas, toldos, velames, etc.*) - exclusive os produzidos em fiações e tecelagens.

Não serão classificadas neste gênero:

1) Fabricação de porta-notas, porta-níqueis, chaveiros, pastas, etc., de couro (*gênero 19*);

2) Fabricação de porta-notas, porta-níqueis, chaveiros, pastas, etc., de material plástico (*gênero 23*);

3) Fabricação de peças interiores do vestuário e de roupas de malha, processada nas fiações e tecelagens (*gênero 24 - malharia*);

4) Fabricação de artefatos diversos de tecidos

dos em fiações e tecelagens (roupa de cama, mesa, copa e cozinha, toalhas de banho, rosto e mãos, etc.) (gênero 24).

25 - VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDOS

25.10 - CONFECÇÃO DE PEÇAS INTERIORES DO VESTUÁRIO, ROUPAS E AGASALHOS

25.11 - Confecção de peças interiores do vestuário masculino - inclusive as confeccionadas com tecidos de malha

25.11.99 - Confecção de camisas, cuecas, pijamas, camisetas, e semelhantes - exclusive para crianças

25.12 - Confecção de peças interiores do vestuário feminino - inclusive as confeccionadas com tecidos de malha

25.12.99 - Confecção de anãguas, combinações, calcinhas, porta-seios, pijamas, camisolas, e semelhantes - exclusive para crianças

25.13 - Confecção de roupas para homens e rapazes

25.13.10 - Confecção de trajés de passeio, esporte, gala ou rigor, e semelhantes

25.13.50 - Confecção de uniformes, vestes especiais e roupas para uso profissional

25.14 - Confecção de roupas para senhoras e moças

25.14.10 - Confecção de vestidos e costumes de passeio, roupa esporte, vestidos e costumes de rigor ou de gala, e seme-

lhantes - inclusive peças
avulsas e as confeccionadas
com tecidos de malha

25.14.50 - Confeção de uniformes, vestes especiais e roupas para uso profissional

25.15 - Confeção de capas, sobretudos e outros agasalhos - inclusive de couros e peles, tecidos impermeáveis, borracha e de material plástico

25.15.10 - Confeção de agasalhos de tecidos

25.15.20 - Confeção de agasalhos de couros e peles

25.15.30 - Confeção de agasalhos de borracha

25.15.40 - Confeção de agasalhos de material plástico

25.16 - Confeção de roupas de couros e peles, borracha e material plástico, para homens e rapazes, senhoras e moças

25.16.10 - Confeção de roupas de couros e peles

25.16.50 - Confeção de roupas de borracha

25.16.75 - Confeção de roupas de material plástico

25.17 - Confeção de roupas para recém-nascidos

25.17.99 - Confeção de roupas para recém-nascidos

25.18 - Confeção de roupas para crianças

25.18.99 - Confeção de roupas de tecidos, couros e peles, borracha e de material plástico, para crianças

25.19 - Confecção de peças do vestuário, roupas e agasalhos, não especificados ou não classificados

25.19.99 - Confecção de peças do vestuário, roupas e agasalhos, não especificados ou não classificados

25.20 - FABRICAÇÃO DE CHAPÉUS

25.21 - Fabricação de chapéus

25.21.99 - Fabricação de chapéus de qualquer material - inclusive quepes, bonês, boinas, gorros, capacetes, e semelhantes

25.30 - FABRICAÇÃO DE CALÇADOS PARA HOMENS, MULHERES E CRIANÇAS

25.31 - Fabricação de calçados - exclusive para esporte

25.31.10 - Fabricação de calçados de couro

25.31.50 - Fabricação de calçados de material plástico

25.31.75 - Fabricação de calçados de tecidos e fibras

25.31.99 - Fabricação de calçados de outros materiais

25.32 - Fabricação de calçados para esporte

25.32.99 - Fabricação de calçados para fins esportivos, de qualquer material (chuteiras, tênis, etc.)

25.33 - Fabricação de chinelos e sandálias

25.33.10 - Fabricação de chinelos e sandálias de couro

25.33.50 - Fabricação de chinelos e sandálias de material plástico.

25.33.99 - Fabricação de chinelos e sandálias, não especificados ou não classificados

25.34 - Fabricação de tamancos

25.34.99 - Fabricação de tamancos

25.39 - Fabricação de calçados, não especificados ou não classificados

25.39.99 - Fabricação de calçados, não especificados ou não classificados

25.40 - FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO

25.41 - Fabricação de acessórios do vestuário

25.41.10 - Fabricação de gravatas

25.41.20 - Fabricação de lenços para todos os usos

25.41.30 - Fabricação de guarda-chuvas e sombrinhas

25.41.40 - Fabricação de bolsas, cintos, cintas, luvas, cintas-ligas, etc.

25.41.99 - Fabricação de acessórios do vestuário, não especificados ou não classificados

25.50 - CONFEÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE TECIDOS - EXCLUSIVE OS PRODUZIDOS NAS FIAÇÕES E TECELAGENS

25.51 - Confeção de artefatos diversos de tecidos

25.51.10 - Confeção de artigos de tecidos para uso doméstico (toalhas de banho, rosto e mãos,

25.33.50 - Fabricação de chinelos e sandálias de material plástico.

25.33.99 - Fabricação de chinelos e sandálias, não especificados ou não classificados

25.34 - Fabricação de tamancos

25.34.99 - Fabricação de tamancos

25.39 - Fabricação de calçados, não especificados ou não classificados

25.39.99 - Fabricação de calçados, não especificados ou não classificados

25.40 - FABRICAÇÃO DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO

25.41 - Fabricação de acessórios do vestuário

25.41.10 - Fabricação de gravatas

25.41.20 - Fabricação de lenços para todos os usos

25.41.30 - Fabricação de guarda-chuvas e sombrinhas

25.41.40 - Fabricação de bolsas, cintos, cintas, luvas, cintas-ligas, etc.

25.41.99 - Fabricação de acessórios do vestuário, não especificados ou não classificados

25.50 - CONFEÇÃO DE ARTEFATOS DIVERSOS DE TECIDOS - EXCLUSIVE OS PRODUZIDOS NAS FIAÇÕES E TECELAGENS

25.51 - Confeção de artefatos diversos de tecidos

25.51.10 - Confeção de artigos de tecidos para uso doméstico (toalhas de banho, rosto e mãos,

roupas de cama, mesa, copa e cozinha)

25.51.20 - Confeccção de bandeiras, estandartes e flâmulas

25.51.30 - Confeccção de artigos de lona e de tecidos de acabamento especial (toldos, barracas, velames, etc.)

25.51.40 - Confeccção de sacos de tecidos de algodão, juta e outros tecidos

25.51.99 - Confeccção de artefactos diversos de tecidos, não especificados ou não classificados

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ALGODÃO. Curitiba : s.n., 1988. 30 p.
- 2 BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO. Mudanças estruturais nas atividades agrárias: uma análise das relações intersectoriais no complexo agroindustrial brasileiro. s. l., 1988. 126 p.
- 3 BRASIL. Ministério de Estado da Agricultura. Portaria nº 55, de 14 de fevereiro de 1990.
- 4 CARTA TÊXTIL. São Paulo : SINDITÊXTIL, maio 1987. 19 p. Edição especial.
- 5 EMPRESA PARANAENSE DE CLASSIFICAÇÃO DE PRODUTOS. Relatório do algodão - safra 1987/88. Curitiba, 1989. 64 p.
- 6 FUNDAÇÃO IBGE. Classificação de indústrias 1972.
- 7 FUNDAÇÃO IPARDES. Grupo de estudos para as atividades agroindustriais do Paraná : primeira fase: levantamento e estudos iniciais. Curitiba : 1973. 324 p.
- 8 INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Evolução técnicas estratégicas nos teares planos: da Revolução Industrial até a automação recente. Rio de Janeiro, 1986. 193 p.
- 9 IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Cenários da economia paranaense - 1987-91. Curitiba, 1987. 81 p.
- 10 ----- Paraná: economia e sociedade. Curitiba, 1981. 71 p.
- 11 ----- Produto interno bruto do Paraná - 1970-87. Curitiba. 1988. 66 p.
- 12 KAGEYAMA A.A. Agroindústria: conceitos e parâmetros principais. s.l. : s.n., 1984.
- 13 KAGEYAMA, Angela, Silva, José Graziano de. A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais. Campinas : UNICAMP, s.d.
- 14 PACHECO, Edmundo. Goioerê se firma como pólo têxtil. Folha de Londrina. 29 abr. 1990. p.6
- 15 PARANÁ. Secretaria da Indústria e do Comércio. O setor têxtil no estado do Paraná - Algodão. s.l., s.d., 2v.
- 16 PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria e Comércio. Proposta de Programa de Apoio a Desenvolvimento do Setor têxtil Paranaense. s.l., s.d., 28 p. Convênio SEIC/BADEP.
- 17 SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Agroindústria paulista: diretrizes de desenvolvimento. São Paulo : 1971.
- 18 SÃO PAULO. Secretaria da Indústria, Comercio, Ciência e Tecnologia. A indústria têxtil brasileira: diagnóstico setorial. São Paulo, 1985. 180 p. Convênio UNICAMP/IE/SICCT.
- 19 SEMINÁRIO DE AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ, 1., 1984. Curitiba. Anais. Curitiba : FIEP : FAEP, 1985. 193 p.
- 20 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. 3 textos sobre economia agrícola. s.l., s.d.
- 21 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Biblioteca Central. Normas para apresentação de trabalhos. Curitiba, Editora da UFPR, 1981. 183 p.